



TRAMA

Tecendo metodologias interculturais,
interseccionais e decoloniais para
a pesquisa em Comunicação

Mônica Kaseker
Sofia Zanforlin

ORGANIZADORAS





TRAMA

Tecendo metodologias interculturais,
interseccionais e decoloniais para
a pesquisa em Comunicação

Mônica Kaseker
Sofia Zanforlin

ORGANIZADORAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

Vice-Reitor: Alamanda Kfoury Pereira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Sônia Caldas Pessoa

Vice-Coordenadora: Geane Carvalho Alzamora

SELO EDITORIAL PPGCOM

Coordenação editorial acadêmica:

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Tiago Barcelos Pereira Salgado

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (CasperLíbero)
Elizabeth Duarte (UFSM)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas ad hoc.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo PPGCOM/UFMG, disponíveis em:

<https://seloppgcomufmg.com.br/termos-de-uso/>

www.seloppgcomufmg.com.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T771

Trama: tecendo metodologias interculturais, interseccionais e decoloniais para a pesquisa em Comunicação [livro eletrônico] / Organizadoras Mônica Kaseker, Sofia Zanforlin. — 1. ed. — Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2026.
il. color.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia:

ISBN 978-65-85915-48-9

1. Epistemologias dissidentes. 2. Metodologia de pesquisa. 3. Comunicação — Pesquisa. I. Kaseker, Mônica. II. Zanforlin, Sofia.
CDD 302.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior — CRB6/2422

DOI: <https://doi.org/10.64275/tr18sm08>

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2026.

CO-COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ettore Stefani de Medeiros

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Ettore Stefani de Medeiros

Mariana Cardoso Carvalho

WEBSITE E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Daniel Melo Ribeiro

ASSISTENTE EDITORIAL

Marina Carrano Lelis

Rannyson da Silva Moura

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Bruno Guimarães Martins

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Augusto Borges Silva

Iara Mendes dos Santos

Apoio:



▮ AGRADECIMENTOS

Aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL), às pesquisadoras e pesquisadores que se disponibilizaram a participar da disciplina e posteriormente das entrevistas com pesquisadores em formação no PPGCOM – UFPE.

■ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Por outras formas de pensar a pesquisa em comunicação	11
<i>Sofia Zanforlin, Monica Kaseker</i>	

CAPÍTULO 1

A cartografia sentimental e os encontros no caminhar da pesquisa	13
<i>Elígia Filgueiras (UFPE, Vitória Floro (UFPE)</i>	

CAPÍTULO 2 27

Orientalismos insurgentes: a resistência ao olhar colonizador do Ocidente	27
<i>Antonio Hélio da Cunha Filho (UFPE), Laura Santos de Souza (UFPE)</i> <i>Natalia Maria Tavares Chagas (UFPE)</i>	

CAPÍTULO 3

- Ficções grotescas e pedagogias transepistemológicas:
a tese de Lua Lamberti sobre artes transformistas 45

Julia Santiago (UFPE)

CAPÍTULO 4

- Fazer de becos sem saída encruzilhadas:
textos coletivos e atos criativos em uma pesquisa em movimento 59

Lucas Daniel da Silva (UFPE), Gabriela Andrade (UFPE)

CAPÍTULO 5

- Epistemologias engorduradas:
uma conversa entre pesquisadoras gordas 71

Emmanuelle Silva (UFPE)

CAPÍTULO 6

- Entre a comunidade e a universidade:
mulheres indígenas e a coletividade na reinvenção do saber 89

*Renata Costa César de Albuquerque (UFPE),
Dina Tatiana Quintero Quintero (UFPE), Luana Queiroz Simões (UFPE)*

- REFERÊNCIAS 104

- SOBRE AS/OS AUTORAS/ES 107

APRESENTAÇÃO

Por outras formas de pensar a pesquisa em comunicação

SOFIA ZANFORLIN

MONICA KASEKER

Esta publicação nasce de uma série de encontros proporcionados no contexto de uma disciplina oferecida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE), no primeiro semestre de 2025. Para além dos créditos a serem cumpridos e trabalhos a serem avaliados, o processo de construção da disciplina *Interculturalidades, Interseccionalidades e decolonialidades na pesquisa* em Comunicação estabeleceu uma coletividade de olhares diversos e experiências compartilhadas que envolveu mestrandos e doutorandos, com suas próprias indagações e trajetórias, e alguns pesquisadores convidados de diversas instituições (UFMG, UNICAMP, UEM, UEL, UFSM). Esses encontros nos levaram à ideia desta obra, que apresenta os diálogos entre os pesquisadores em formação e os convidados sobre seus caminhos de pesquisa. Pesquisadoras premiadas, como Simone Dahleh (melhor tese de 2024/Compós) e Rafaela Lima (menção honrosa 2024/ Capes) e pesquisadores que tensionam o panorama da pesquisa científica como Reginaldo Moreira e Márcia Neme Buzalaf,

seja pelos temas que trazem à tona, seja mesmo pelos seus corpos que passam a complexificar a paisagem universitária, num atestado de que diversidade não pode ser só discurso, mas converte-se em prática de pesquisa. Maria Libertad, Lua Lamberti e Malu Jimenez nos levam a perspectivas experimentadas por poucos no campo científico. O livro é composto, portanto, por esta série de entrevistas produzidas remotamente, pelo Google Meet, pelos estudantes com os convidados e convidadas.

Ao fim e ao cabo, nossa intenção é de trazer metodologias que valorizem o conhecimento a partir dos afetos, dos corpos insurgentes, dos saberes ancestrais, das ruas e dos movimentos de resistência. Método não como uma limitação, mas como um aliado. Primeiro, porque método de pesquisa e Comunicação nem sempre fazem par, segundo, porque de todas as questões sobre uma pesquisa, a referente ao método seja a mais dificilmente respondida. Ou então que seja respondida com frases autoexplicativas, como análise de conteúdo, do discurso, filmica. Dessa forma, ao enfatizar os caminhos elegidos para desenvolver uma pesquisa, podemos perceber o quão amplos, potentes e criativos podem ser os desenhos metodológicos, não somente a fim de se chegar a respostas e conclusões, sem necessariamente encerrar, mas também abrir mais sendas a serem trilhadas em novas investigações. Os diálogos aqui compartilhados vão além de metodologias, eles tramam novas epistemologias da comunicação às subjetivações de pesquisadores, igualmente imersos em dúvidas e possibilidades de pesquisa. Em um terreno movediço e em constante mutação, escolhemos a conversa como meio de enredar caminhos possíveis de estruturação de uma pesquisa, de viés crítico, analítico, interseccional, e sobretudo, emancipada de uma concepção colonial sobre ciência, vinculada ao território em que nos encontramos.

CAPÍTULO 1

A cartografia sentimental e os encontros no caminhar da pesquisa

ELÍGIA FILGUEIRAS (UFPE)

VITÓRIA FLORO (UFPE)

Entrevista com Reginaldo Moreira (UEL)

Há pesquisas que se constroem como um mapa a ser seguido. Outras, como travessia a ser vivida. A partir da proposta de Sueli Rolnik sobre a cartografia sentimental, Régis Moreira, como é conhecido entre os amigos, tem multiplicado essa prática anti-metodológica nos estudos decoloniais. Inicialmente em sua tese de doutorado com pacientes psiquiátricos idosos e mais recentemente em suas pesquisas na área de gênero, sexualidades e teoria queer.

A cartografia sentimental começa com o olhar sobre o próprio ponto de vista e suas subjetivações, na confecção de um memorial. E a partir daí, a caminhada visa o encontro com o outro, que não é considerado objeto, mas sujeito de pesquisa e que também nos investiga. O campo torna-se território vibrátil. O pesquisador, corpo afetado. A verdade, algo que se constrói na relação. É nesse território de encontro que esta conversa acontece.



Figura 1: Régis Moreira
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Como você definiria as cartografias sentimentais e qual é a importância dessa abordagem para a pesquisa em Comunicação?

Reginaldo: A cartografia sentimental tem uma característica fundamental, que é você se afetar pelo campo da pesquisa. E quando você se afeta — e isso não é só da cartografia sentimental — a gente se afeta no campo, a gente se afeta pela pesquisa, a gente se afeta pela vida, pelas coisas que estão ao nosso redor. A cartografia se coloca até como uma anti-metodologia, porque se dá a partir dos afetos no campo. Então, esse distanciamento que se fala como necessário para uma pesquisa, essa objetificação do objeto de pesquisa, essa verticalização, desaparece, porque se dá a partir dos encontros. E aí esses encontros, que vão

te afetar, vão traçando eixos, platôs, que vão fazendo sentido para sua pesquisa.

Parte-se do pressuposto de uma pesquisa em primeira pessoa. Não há uma verticalização entre pesquisador e pesquisado. A cartografia sentimental se dá a partir dos encontros. Se isso acontece a partir dos encontros e do que te afeta, veja bem, não existe um roteiro possível de ser traçado.

Por isso, ela não é uma metodologia com método traçado, não tem uma receita pronta. Ela se dá a partir dos afetos sentidos nos encontros. Isso te coloca num campo como se você estivesse à deriva, porque não há hipótese de pesquisa pré-estabelecida. A hipótese de pesquisa seria um pressuposto do que você vai encontrar lá na frente, e se você já soubesse o resultado, não haveria pesquisa. A cartografia não trabalha com hipóteses, porque o encontro te leva para outros lugares, na rede de afetos.

Quando você entra nesse território, é como atravessar de um lado para o outro de um rio. É uma pesquisa que não tem nem começo nem fim; ela é processual. Não há pretensão de abarcar um todo; ela dá conta de uma parte. Para atravessar de uma margem a outra, quais são as possibilidades dessa viagem, desse navegar? Como está a correnteza, que rio é este, como você vai atravessar naquele dia? Você atravessa de barco, de jangada, de que forma? E sempre que você mira a margem, a correnteza te leva.

Os afetos do encontro significam que você nunca atravessará exatamente onde está mirando, porque o encontro te leva a outros lugares. A cartografia pressupõe uma viagem, um mapa; dentro desse mapa, as profundidades vão sendo traçadas — esses eixos ou platôs de que eu falava. É isso que nos interessa interpretar, que é o que pode ser cartografado.

Quem fornece esses eixos são as pessoas, os encontros que você vai ter. Numa cartografia que parece um poema, você, como pesquisadora

cartográfica, tem um veículo, você dirige a pesquisa. Porém, quem dá a direção da viagem é o seu depoente, com quem você está falando, a sua fonte. Você tem o veículo, mas o percurso é orientado pelos afetos desses encontros.

Essa possibilidade de pesquisar em conjunto traz outro conceito: o corpo vibrátil — o meu corpo com o corpo do outro. Cria-se um terceiro corpo em um campo de vibração, totalmente imaterial, que afeta tanto a mim quanto ao outro. Não sabemos bem onde termina meu corpo e começa o do outro. Quando saímos desses encontros, também não saímos os mesmos. Eu saio afetado pelo que foi visto, dito, falado e sentido; o outro também.

Deleuze e Guattari vão trabalhar com a noção de rizoma, porque não tem começo nem fim, como uma raiz, um emaranhado que você não consegue determinar exatamente onde começa ou termina, é processual.

Rolnik nos diz que toda a cartografia sentimental é teórica, como toda pesquisa é. É pragmática, porque exige planejamento e também é poética. A pesquisa inclui subjetividades e poesia, esteticamente te levando a um outro lugar. Não é uma linguagem rígida, não é uma proposta rígida; há uma fluidez na pesquisa poética, na poética da vida, esteticamente.

Ela não é rígida, mas existe um pragmatismo teórico que a acompanha. Não se faz de qualquer jeito; existe sistemática, mas sem rigidez. A cartografia, a partir dos encontros, permite que você contribua de maneira única, com a sua implicação e agenciamento no tema, algo que só você poderia trazer. Na cartografia, o conceito é vivência e experimentação, porque se dá no que você viveu. Ele vem de maneira única, é subjetivo, e é importante porque valida memórias marginais que não estavam oficialmente na academia. O que importa é como o conceito se aplica à vida. O conceito é vivido, tem especificidade. Ele não substitui a experiência individual, mas ajuda a interpretar a vida.

Quando pensamos em pesquisas realizadas em comunidades, percebemos que muitas vezes elas são conduzidas de forma extrativista — o pesquisador chega, coleta informações e vai embora. Mas quando colocamos as pessoas da comunidade no mesmo patamar, há uma devolutiva, uma troca real. Como você enxerga essa relação de troca na pesquisa em comunidade e quais são os impactos dessa postura não-extrativista no processo de investigação?

Reginaldo: Essa troca só se faz se for neste campo da horizontalidade e do encontro. E para que se estabeleça o encontro, é complexo. Então, já há um distanciamento da comunidade que você está visitando. Muitas vezes há uma rejeição, porque muitas pesquisas são extrativistas. E aí você tem que romper isso, e romper isso não é simples. Para estabelecer o encontro, leva tempo. E quando você consegue, faz toda a diferença, porque a pessoa vai ter vontade de falar, vai perceber que está fazendo pesquisa com você. A pesquisa não é só sua: a pesquisa é também da pessoa que está envolvida ali, que está contribuindo, que está fazendo o seu depoimento.

A partir das transformações contemporâneas do desejo, surge um território movente no qual as subjetividades vibram. Nesse sentido, gostaríamos de entender melhor: de que maneira a escuta dessas vibrações e afetos se contrapõe às lógicas coloniais tradicionais de produção de conhecimento?

Reginaldo: A colonialidade do saber é isso. A gente está falando de validação de verdade, de verdade científica. Então, se é científica, é uma verdade que é incontestável. Eu sei e vou fazer uma análise a partir de um saber validado. Eu tenho um saber não validado, que é analisado, que é um objeto, então tem uma verticalização ali dos saberes.

Quando você trabalha nesse campo vibrátil, das vibrações, ou seja, dos afetos, você vai colocar o outro, considerar o outro. E considerar é

uma palavra linda, porque vem de “colocar o outro no mesmo espaço sideral que o seu”. Isso é complexo, é difícil colocar nessa horizontalidade da construção e da validação de uma verdade.

Então, você quebra essa noção de que “do que eu sei, vou analisar”. Eu sei, eu tenho alguns saberes; você tem outros saberes; e nós vamos construir juntos, a partir destes saberes, algo novo. Eu acho que é essa desconstrução, e este encontro a partir dos saberes cria outras verdades que são possíveis, para poder inclusive questionar a verdade já cientificamente estabelecida.

As certezas acadêmicas, dos clássicos, de outras pesquisas, as minhas certezas e a certeza do outro, vão sendo desconstruídas, e a gente vai criando juntos outra verdade para ser validada. Então, você faz esse movimento de construção de verdade nesse campo de disputa. É um campo de disputa: se dá na ciência, sobre o que é verdade e o que não é verdade.

Esse território das vibrações se coloca na contraposição de um saber científico já dado, inquestionável. E o saber científico, ele é questionável. Ele vai se dar no encontro com as realidades, considerando as pessoas e o território onde você vai estar.

A cartografia aparece como uma experiência compartilhada e afetiva. Como essa perspectiva se materializa no fazer metodológico? Que papéis passam a assumir o sujeito da pesquisa e o pesquisador ao longo do processo?

Reginaldo: O papel do pesquisador e do pesquisado também, porque às vezes a gente tem uma linha muito rígida de quem pesquisa e quem é pesquisado. Quem é o pesquisador, quem é o pesquisado? E quando a gente está numa cartografia, a gente é pesquisado também. Não é que a gente seja apenas pesquisador. Para você entrar num campo, você é pesquisado o tempo todo. Quem é você, o que você toca, o que você quer? Você está se apropriando disso. Isso é uma pesquisa. É o tempo todo, às vezes mais declaradamente, às vezes menos, mas nós

estamos sendo pesquisados tanto quanto. Não existe pesquisador e pesquisado; as duas pessoas são pesquisadores e pesquisados.

Enquanto acadêmico, dentro de uma instituição que vai validar uma verdade científica, talvez tenha esse caráter mais delimitado e desenhado como pesquisador. O outro é pesquisador também, e às vezes mais. Para entrar no território, ou para o encontro, o outro pesquisa você. Ele determina se deixa você entrar ou não, o que te fala ou não, para onde te leva ou não, o que compartilha ou não, a partir da pesquisa que ele está fazendo com você, de você. Então ele é pesquisador também. Esse papel pesquisador-pesquisado é uma troca. A gente tem o veículo e a direção na mão, mas quem te dá direção é o pesquisado.

Você tem um instrumento, enquanto acadêmico, que é esse veículo que vai formatar institucionalmente uma pesquisa, uma tese, uma dissertação, um livro, um artigo. Este saber, porém, quem te direciona nesse veículo é o outro, não é você. Senão, você não está fazendo pesquisa, você não está fazendo cartografia, senão não há encontro. Ele te direciona. Então, quem está pesquisando quem? É uma troca. O encontro, a tecnologia do encontro, exige que haja trocas; se não, não é encontro.

Você precisa acionar o lugar do sensível em você para poder ser afetado. É uma desconstrução de uma verticalização ou de um saber validado que você já tenha. Em campo, precisa estar desconstruído, aberto a esses afetos, e se deixar levar.

Quando perguntam sobre o fazer metodológico, parece que querem um passo a passo para fazer cartografia sentimental. Não existe. Fazendo, você sente uma insegurança, e é preciso sentir essa insegurança no campo. A partir do encontro, você vai construindo. E a beleza disso é que qualquer outra pesquisa você faria com segurança, com a metodologia totalmente estruturada. Na cartografia, não; é diferente. Se você já sabe o resultado, para que faz pesquisa? Faz a pesquisa, então, mas sem saber exatamente onde vai chegar.

Na minha pesquisa com idosos, sobre o papel da fotografia na rememoração da pessoa idosa, utilizando metodologia de história oral,

a fotografia disparava a memória e fazia com que o idoso falasse sobre lugares e afetos. Trabalhei com idosos que passaram a vida em hospitais psiquiátricos. Ao receber a fotografia, eles a tratavam como um presente e guardavam no guarda-roupa, como algo muito caro. Depois de três dias, eu voltava para analisar as fotos com eles.

A análise não era como eu esperava: pessoas que passaram a vida internadas no hospital psiquiátrico, mas que agora estavam em residências terapêuticas nos bairros. Mostrava fotos do antigo hospital e da casa atual. Uma das idosas que entrevistei, ao ver o hospital psiquiátrico — sede de uma fazenda antiga — dizia: “Aqui é a casona.” Ela viveu lá quase toda a vida. Ao ver a casa onde morava atualmente, diz: “Aqui é uma cadeia.”

Na metodologia tradicional, tudo teria dado errado. Mas eu precisei interpretar: a casa, sede do antigo hospital, estava em processo de reforma psiquiátrica, libertada das grades e dos tratamentos de choque. A casa ficava numa fazenda. A residência atual, na cidade, tinha grades, portões, cercas elétricas. Ela me denunciava, com olhar aguçado: “É uma cadeia, aqui estou presa. Na reforma psiquiátrica eu estava mais livre.”

Esse processo me obrigou a compreender a reinserção social das pessoas: viver na sociedade envolve segurança, alarmes de carros, portões, cercas. A metodologia que eu tinha preparado não funcionava para aquela população, porque essas pessoas muitas vezes não acompanharam seu próprio envelhecimento. Os espelhos eram altos, inacessíveis, acreditava-se que quebrariam ou feririam alguém. Fotografias eram raras. Ao levar uma fotografia, era um presente. E ao interpretar seu olhar, percebi que elas viam o mundo sem a contaminação pela lógica de violência ou segurança que nós temos. Elas interpretavam o ambiente à sua maneira.

Isso mostra que, quando se pergunta sobre o traçado metodológico da cartografia sentimental, cada realidade te leva a um processo que você precisa compreender. Às vezes você acha que vai para um lugar, mas a pesquisa leva para outro. Cada entrevistado é um universo.

Quais foram os principais desafios que você enfrentou, enquanto pesquisador e professor, ao propor esse tipo de envolvimento?

Reginaldo: Isso ainda está em curso. Na verdade, quando nós... por isso é anti-metodologia. Quando a gente propõe essa metodologia que é da subjetividade, da poesia e dos afetos, há uma rejeição por parte de muitos que dizem: “Tá maluco? O que você está falando? Isso não é ciência.” Porque ela é contra-hegemônica no campo científico. Então, entender que você está na contra-hegemonia de uma validação de verdade científica é necessário.

E tudo bem. É isso mesmo. Isso não é a verdade científica absoluta, porque a verdade científica não existe. E aí você escancara isso também para quem acredita na verdade científica. Você questiona os métodos quando coloca a subjetividade.

A verdade comprovadamente científica se baseia historicamente no conceito de civilização que justificou que os países europeus invadissem as Américas, a partir da antropologia cientificamente comprovada, que dizia que devia existir um único Deus, uma única moeda, uma única língua. A partir desse conceito, invadiram territórios, colonizaram, mataram pessoas, escravizaram, exterminaram populações, com uma validação científica.

Então, quando trabalhamos nesse campo, dizer que a verdade científica é subjetiva incomoda. E há pares em todos os lugares que podem não validar nossa pesquisa como verdade científica. Dentro da academia, estamos num território de disputa.

Não estou querendo invalidar a verdade científica para quem acredita nela; para eles, meu trabalho é perfumaria. Estou querendo validar minha verdade científica para as comunidades onde estou, abrir uma festa dentro da academia, para que essas pessoas possam se reconhecer. Este é o meu território.

Se a gente olhar para as revistas científicas, algumas acreditam como metodologia a cartografia, a cartografia sentimental. Aí você procura

os pares. Nem todos os pares vão validar, não adianta bater na porta do marxista ortodoxo e falar de cartografia sentimental.

Não vai validar, e tudo bem; cada um está pesquisando outras questões ou usando métodos mais cartesianos. E você entende que não se trata de desmerecer outras metodologias, mas de abrir uma fresta, uma possibilidade de trabalhar também com a subjetividade dos afetos.

É preciso buscar os pares e reconhecê-los. Caminhar nesse fazer contra-hegemônico científico da validação da verdade é uma construção diária, que dá segurança, mas também gera insegurança, principalmente para estudantes que nunca viram isso. Eles pensam: “Nossa, mas eu posso usar essa linguagem? Posso falar em primeira pessoa?” Porque aprendemos a falar sempre em terceira pessoa. Esse distanciamento não é mais necessário, mas gera insegurança.

É interessante observar como, historicamente, a ciência hegemônica foi usada para justificar práticas racistas — como no período em que se afirmava, por exemplo, que o cérebro de pessoas negras era diferente do de pessoas brancas. Isso mostra como a chamada ciência ‘clássica’ serviu, muitas vezes, a interesses de dominação. Quando pensamos em propostas que desafiam essa lógica, entramos em uma disputa direta com a própria estrutura científica. Quais contribuições essas metodologias oferecem nessa disputa epistemológica e de que maneira você percebe que elas retornam à sociedade?

Reginaldo: Primeiro que esse retorno vai se dando porque é uma construção conjunta. Esse retorno se dá porque, na validação da verdade científica, essa pessoa da sociedade, da comunidade, vai estar com autores clássicos.

É necessário abrir este campo da construção do saber e da validação da verdade para aquilo que não é só acadêmico. É um saber que está, às vezes, na comunidade, que está na experiência, que está na experimentação. E você traz, a partir das entrevistas dos depoentes, essa valida-

ção da verdade para dentro de um espaço científico. Então, você valida essa verdade enquanto também científica. Eu acho que isso é a grande contribuição: trazer e escancarar que os nossos processos de validação de verdade são subjetivos, porque partem das afecções, dos temas, dos desejos.

Agora, falar em desejo para quem é muito ortodoxo pode arrepiar, e está tudo bem que se arrepiem. É a partir dessa perspectiva que a gente produz ciência. Acho que humaniza a ciência e traz outros saberes possíveis, não acadêmicos, para dentro da academia, tirando essa rigidez da verdade científica. Acho que essa é uma contribuição bastante importante: trazer a memória que muitas vezes está marginalizada ou subterrânea, e você traz para uma memória que se torna oficial a partir de uma tese, de uma dissertação, de um artigo. Você valida esse saber que estava subterrâneo ali, na comunidade ou numa vivência de um depoente. Essa é a contribuição.

A proposta da cartografia traz fortemente a ideia de que corpo, memória e território são dimensões entrelaçadas. Poderia comentar como esses elementos se articulam na cartografia sentimental enquanto prática de pesquisa?

Reginaldo: Rolnik vai chamar de territórios existenciais. E esses territórios existenciais entrelaçam tudo isso. Como é que você vai trabalhando com essa memória, com esses territórios e com essas vivências dentro da pesquisa? Porque os afetos são entrelaçados, não tem como você separar esses elementos. Ele já se dá de modo articulado, não tem muito como separar. É preciso desterritorializar para territorializar em outro lugar, de outra forma.

Às vezes existe um vácuo que dá uma insegurança muito grande, que é perder o chão. Quem faz cartografia sentimental, muitas vezes fica perdido mesmo. Faz parte disso. Estar à deriva para poder se encontrar. O processo de pesquisa, esse territorializar, não é simples, não é fácil.

Você se despede de tudo aquilo que aprendeu, que sabe, de todas as suas certezas e hipóteses, para territorializar em outro lugar, a partir do encontro. É difícil, é processual, exige.

E isso está entrelaçado à memória. E você disse: a memória, o território e os corpos. Os corpos são feitos de território e de memórias. Não tem como separar isso. Que territórios são esses? São os nossos próprios corpos, os espaços que ocupamos, os lugares que ocupamos. É preciso estar incluído em tudo isso para poder perder-se e se encontrar em outro lugar.

Diante disso, qual seria o papel da narrativa dentro dessa epistemologia decolonial ou contra-hegemônica? Como você enxerga a força da narrativa nesse processo?

Reginaldo: Narrar, na verdade, é fundamental para a validação destas narrativas decoloniais. Por quais bocas? E que pensamentos construíram o pensamento científico colonizado? Quando falamos de um autor clássico, estamos falando de um homem branco do Norte Global, ou seja, já há um recorte de gênero, classe e geopolítico.

Quando propomos essa inversão é trazer essas bocas das pessoas que falam por si. Ninguém precisa falar por elas; as pessoas podem falar por si e você possibilitar que essas narrativas apareçam. Isso dá espaço para que essas narrativas componham um mosaico que se contraponha ou complementa aquilo que foi dito sobre elas. A gente tem narrativas horrorosas, geralmente colonizadoras. Isso se vê, por exemplo, em relação ao racismo ou ao gênero. Qual o corpo? O corpo da mulher, o corpo LGBTQIAP+, o corpo indígena. Existem, na verdade, narrativas de poder voltadas para a subjugação, desqualificação de alguns corpos e manutenção de poder. Historicamente, isso vem da colonização.

Ao trazer narrativas outras pelas bocas das próprias pessoas que vivem essas experiências, você se coloca num campo de disputa de narrativas também. A validação da verdade científica que se dá pela narra-

tiva. Novas narrativas colocam-se nesse campo, trazendo contribuições que possam decolonizar esse lugar de submissão, subjugamento ou desqualificação de corpos.

Quando você tem a possibilidade de narrar sobre si, falar sobre si, geralmente esses corpos estão narrados e ditos por outros. A narrativa tem um lugar fundamental ali: falar por si, e não alguém falar sobre você ou sobre as comunidades. Comunidades e pessoas falam sobre si mesmas. Essa é a contraposição, por isso é contra-hegemônico. Ele se opõe, se coloca de outro lugar.

As narrativas foram colonizadoras e, muitas vezes, ainda se repete essa forma colonialista de se fazer pesquisa, falando sobre, sem falar junto. Você vai a congressos, há mesas falando sobre assuntos, e não há pessoas que vivenciam aquilo. Fui a um Congresso de sexualidade, por exemplo, em que se falava sobre corpos trans, e sem nenhuma pessoa trans presente de forma efetiva. Uma travesti, doutora, levanta e faz um questionamento. A mesa ficou sem sentido a partir da fala de quem não estava convidada para a mesa. A fala não foi bem interpretada pela direção do evento.

A gente ainda repete esses movimentos: falar sobre alguém sem que essa pessoa fale sobre si. Se há alguém que vive essa experiência, você falando por ela não faz sentido. Mas muita pesquisa ainda segue esse curso colonialista.

Por fim, o que você diria a jovens pesquisadores interessados em desenvolver pesquisas em Comunicação a partir de metodologias decoloniais e afetivas, como a cartografia?

Reginaldo: Eu posso dizer, pela minha experiência, quanto é libertador trabalhar com cartografia. Para mim, fez sentido, nas cartografias, trabalhar com a cartografia sentimental, porque é produção de sentido. E produzir sentido a partir da pesquisa que se faz. A partir das comunidades com que você se envolve, a partir dos artigos que você escre-

ve, dos livros... é produção de sentido de vida. Normalmente, quando estamos falando de pesquisa, a gente está falando de vida. Vidas... são muitas vidas envolvidas.

Eu me considero mais poeta do que jornalista. Eu acho que eu nunca saí da literatura. E aí, quando eu vou para a ciência, como é que eu ia produzir ciência se eu sou poeta? Não dava, a linguagem era outra, era dura, eu não conseguia. No mestrado, lembro que passei um período muito travado, eu não conseguia utilizar aquela linguagem. E o que me destravou ali é saber da potência da palavra em si e tirar esse peso que o saber científico muitas vezes traz. E que traz também uma prepotência, para que ninguém entenda o que você está escrevendo.

E aí, acho que decolonizar esse jeito de fazer ciência também significa fazer em uma linguagem que as pessoas possam ler, entender e produzir sentido. Produzir sentido para você, pesquisador, produzir sentido para quem for ler, produzir sentido para as comunidades, para quem você se envolveu, numa linguagem acessível. Não numa linguagem dada como acadêmica, que você vai ler e pensar: “Nossa... o que é que ele tá querendo dizer mesmo?”

Tomar esse cuidado é muito libertador. Nos damos conta que gente produz ciência o tempo todo, nós somos produtores de ciência, porque as nossas produções de saberes no cotidiano, não só na academia, são produções de saber. A gente tem saberes envolvidos ali, da ancestralidade, nas famílias, enfim, existem vários saberes de várias ordens que a gente vai desenvolvendo e criando.

E essa validação dessa produção científica, na cartografia, a partir dos afetos, faz com que essa produção de sentido possa emancipar não só a sua vida, mas a vida das pessoas com quem você trabalha. A cartografia se coloca nesse campo emancipatório de outras vidas, de outras narrativas, de outras possibilidades, abrindo festas, fazendo fabulações, ficcionalizações de lugares que não estavam dados, e de mundos possíveis outros, que às vezes a ciência nega, através dos epistemicídios, através da colonização, através do esmagamento de sonhos.

CAPÍTULO 2

Orientalismos insurgentes: a resistência ao olhar colonizador do Ocidente

ANTONIO HÉLIO DA CUNHA FILHO(UFPE)

LAURA SANTOS DE SOUZA (UFPE)

NATALIA MARIA TAVARES CHAGAS (UFPE)

Entrevista com Márcia Buzalaf (UEL) e Simone Munir Dahleh (UFSM)

Historicamente, o olhar ocidental sobre o que convencionamos chamar de Oriente Médio e povos árabes operou como uma lente distorcida, engendrando questões que sufocam a subjetividade e reduzem identidades complexas a estereótipos binários. Para romper com esse enclausuramento, é urgente repovoar o imaginário coletivo por meio de resistências decoloniais que tragam as narrativas próprias ao centro do debate público. Seja na mídia ou na academia, a emergência dessas vozes funciona como um instrumento vital de documentação de práticas, vivências e das realidades desses espaços, permitindo que a história seja contada por quem a habita, e não apenas por quem a observa de fora sob uma lógica de poder.

As diásporas árabes espalhadas pelo mundo desempenham um papel crucial nesse processo, carregando consigo perspectivas múltiplas que confrontam as visões hegemônicas. É nessa hibridização cultural — que

inclui interseções de gênero fundamentais — que novos olhares sobre a temática são forjados, permitindo que a resistência se manifeste em diferentes territórios, inclusive no Brasil. Uma produção de conhecimento que mistura a memória ancestral com as urgências contemporâneas, desafiando a percepção de um oriente estático e oferecendo uma compreensão mais porosa e dinâmica sobre o que significa esse contexto em nível local e mundial. Compreender essa temática é primordial para a construção de relações internacionais e humanas mais equânimes. Essas pesquisas fundamentam as problemáticas vividas há tempos pelos povos árabes e combatem os preconceitos estruturais que enfrentam, servindo como um sólido instrumento de documentação histórica e científica sobre um período de conflitos e tensões que só se escalonam.

Para aprofundar essa compreensão, reunimos duas pesquisadoras referências no campo da Comunicação em uma conversa: Simone Munir Dahleh, brasileira e descendente de palestinos, autora da tese vencedora do Prêmio Compós de Teses e Dissertações Eduardo Peñuela 2025; e Márcia Buzalaf, descendente de libaneses, professora associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que atua no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL (PPGCOM).



Figura 1: Simone Munir Dahleh
Fonte: Arquivo pessoal (2025).



Figura 2: Márcia Neme Buzalaf
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Qual foi a principal motivação ou o principal gatilho para o início das pesquisas de vocês?

Simone: Bom, primeiro, eu sempre vi essa ausência das vozes das mulheres palestinas em todos os lugares. Essa foi a minha maior motivação. Quando eu fui fazer o meu Estado da Arte, isso se confirmou. Eu vi que as pesquisas falam muito de representação, e tinha algumas da antropologia que estudavam famílias palestinas, famílias árabes, mas as mulheres sempre ficavam ali em segundo plano, não havia um foco na voz delas, nas vozes das mulheres palestinas. Então, esse foi o principal motivador para que eu trabalhasse com entrevistas. Quando começamos a ler as coisas, a gente percebe que só ficamos falando pelos outros, parece que falta alguma coisa ali. Ainda mais quando vamos falar do Oriente, do Oriente Médio. E surge essa questão: vai ficar sempre só o Ocidente falando sobre o Oriente Médio? Não, vamos incluir também essas vozes.

E dar relevância política, dar relevância científica para essas vozes. O que essas mulheres têm para falar?

Simone: Procurei deixar que elas mesmas quebrassem os estereótipos, e não eu fazer uma pesquisa que vá provar que as mulheres fazem coisas, que não são submissas, enfim...E quando eu fui para a pesquisa acadêmica, eu vi que também tinha uma lacuna muito grande de vozes de mulheres palestinas. Vozes palestinas no geral, de homens, mulheres, enfim. Mas quando a gente vai ver as pesquisas com mulheres, elas são em menor número ainda. A perspectiva de gênero tem crescido, mas por muito tempo ficou para trás.

Márcia: Essa pergunta é super importante: pensar de onde vem a motivação para as nossas pesquisas. Isso constitui também uma forma de pensar os caminhos da investigação científica. Estudar o orientalis-

mo, para mim, surgiu um pouco nas relações familiares; enfim, onde eu cresci e como eu cresci, como uma mulher descendente de libaneses, mas também como jornalista. Os estereótipos sempre me incomodaram. Eles são usados de uma forma ilustrativa, bastante gratuita e aparentemente ingênua, se pensarmos nas práticas comunicativas. Ao mesmo tempo, eles não são nada ingênuos.

Os estereótipos matam, classificam pessoas, estigmatizam. O meu primeiro contato com a obra do Edward Said foi no mestrado, no ano 2000. Foi tardiamente, considerando que entrei na graduação em 94. Conheci a obra dele durante o mestrado e fui aprofundando essa pesquisa justamente com o objetivo de entender algumas angústias que eu tinha em termos de constituição como uma mulher libanesa e relação à construção do que seria o estereótipo do povo árabe e, de alguma maneira, os estereótipos em geral. Hoje em dia, ao pegarmos a obra dele e a forma como ele coloca esses estereótipos em relação ao povo árabe, conseguimos olhar como esses elementos são repetidos em outras formas de estigmatizar e de estereotipar outros povos.

Vocês duas têm essa ancestralidade para além da brasileira e as duas, até onde eu sei, cresceram no Brasil. Mas essa ancestralidade para vocês, ela sempre foi algo consciente no sentido de conhecer a própria história, ou teve um momento de “descoberta”?

Simone: Eu nasci no Brasil, em Porto Xavier, e fui para a Palestina ainda criancinha, com cinco anos de idade. Fiquei lá até os nove, me alfabetizei lá, e comecei a ter consciência da minha identidade como uma mulher palestina lá na Palestina. Coloco na minha tese que me constituí primeiro como uma pessoa palestina e depois como uma pessoa brasileira, apesar de ter nascido aqui. Quando comecei a entender os processos sociais e culturais, eu estava na Palestina.

Eu me constituí lá primeiro: a questão da religiosidade, da culinária, da língua; aprendi tudo lá. Depois, viemos para o Brasil. Para mim, não

teve esse momento de estalo, como ocorre com muitos descendentes que nunca foram para a Palestina, por exemplo. Minha família sempre foi brasileira e palestina; isso era algo muito claro para nós. Enquanto estávamos na Palestina, falávamos em português, fazíamos alguma comida brasileira, tomávamos chimarrão. É muito essa mistura que sempre esteve na minha vida.

Depois, aqui no Brasil, mantínhamos algumas questões religiosas, a culinária e a língua. Por exemplo, eu saía com a minha mãe em uma loja e falávamos em árabe quando não queríamos que o vendedor entendesse o que estávamos dizendo, para escapar de alguma situação. Isso sempre foi muito mesclado. Eu sempre fui palestina, mas também sabia que tinha alguma coisa brasileira. Pelo que meus pais me falavam, éramos palestinos, somos árabes. Isso vem dessa descendência forte. Por mais que praticamente todo meu núcleo parental mais próximo tenha nascido aqui no Brasil — apenas meu irmãozinho nasceu na Palestina —, é muito forte a presença dos nossos avós e da nossa cultura. Pelo fato de não termos essa terra na geografia política, sentimos que temos que nos agarrar a isso.

Nós somos palestinos, nós somos árabes. Eu sempre me entendi muito mais como árabe, apesar de estar sempre na relação com o Brasil. Nas minhas interlocutoras, algumas relataram que tiveram um momento em que tomaram consciência do que significava essa descendência árabe-palestina. Para mim, não; eu fui as duas coisas sempre.

Márcia: Eu nasci aqui e nunca visitei nenhum país árabe, mas meus quatro avós vieram do Líbano. Eles formaram redes familiares grandes e eu sempre fui a “turquinha” na escola — aquela generalização que existe em relação ao povo árabe. Para mim, era algo muito parecido com o que vivia minha amiga descendente de italianos, ou a outra, de origem espanhola; eu me sentia parte dessa leva de imigração.

Mas quando fui fazer o mestrado em Londres, na Universidade de Westminster, e lá conheci a obra do Edward Said. Foi tudo bastante

concomitante. Convivi com vários bairros árabes, dentro da delimitação geográfica de Londres, enquanto estudava Relações Internacionais e Teoria Política. Havia um debate muito grande lá; diziam que eu não era brasileira, que eu era libanesa, por conta desse vínculo dos quatro avós. Eu sempre me senti muito brasileira e, ao mesmo tempo, muito árabe e libanesa. O contato com esse “outro” — o olhar externo que me classificou como uma mulher libanesa — provocou esse deslocamento.

Parece que nos reconhecemos nesses dois lugares sem precisar colocar os dois pés em apenas uma identidade. Eu pouco sei da língua árabe, mas temos na família uma cultura culinária muito forte. Inclusive, a tese da Simone traz referências que me emocionaram bastante. Minha tia escreveu um livro lindo contando a imigração do meu avô e a constituição da família Neme.

Tudo isso foi construindo essa identidade a partir de vários tijolinhos, de cacos, de mosaicos. Alguns ficaram soltos, pois a parte paterna era de uma pobreza extrema e vieram sem nada; tenho pouca documentação ou registros, apenas alguns mitos familiares. Já na família Neme, minha família materna, havia uma cultura de registro e de passar a informação. Cresci ouvindo as histórias da imigração do meu avô e do casamento com minha avó, que eram primos. Fui me constituindo dessa forma. O conhecimento da obra do Edward Said ajudou a me olhar como uma mulher árabe e a me reconhecer nesse lugar, além de brasileira.

Como é desenvolver um trabalho que reconhece o campo acadêmico, não apenas como esse espaço de produção do conhecimento, mas também como esse campo que permite essa subjetividade e essa experiência pessoal. Como é para vocês trabalhar a partir dessa perspectiva?

Simone: Quando entramos na academia, a subjetividade nos assusta muito, porque estamos acostumadas a ouvir que a ciência tem que ser objetiva e neutra. Quando nós, mulheres pesquisadoras, começamos a

ir a fundo nessa questão, entendemos a origem desse conceito: é uma ciência que foi construída por homens. Ela era tida como neutra porque eram apenas eles que tinham visibilidade. Era uma ciência que se dizia neutra, mas estava carregada dos interesses deles, do lugar de onde pesquisavam, do olhar deles, da cor da pele — de tudo. Falar que a pesquisa é neutra é uma grande ilusão.

A pesquisa está carregada de subjetividades. Mesmo nas áreas exatas, o olhar que uma pessoa tem para escolher um experimento e não outro já é um modo de interferência do sujeito pesquisador. Imagine, então, na nossa área, nas ciências sociais e humanas. É óbvio que teremos uma relação com o objeto. Afirmar isso é bem diferente de não ter rigor metodológico. Essa é a questão que temos que discutir, e não a suposta neutralidade da ciência.

O feminismo negro questiona muito isso. Foram as pesquisadoras feministas negras que começaram a indagar: “E eu, não sou mulher?”. Elas faziam pesquisa há muito tempo e percebiam que até o movimento feminista não incluía seus problemas. Daí surgiu a importância de se colocar no texto, de afirmar seu local, sua cor de pele, sua classe social e a forma como você se enxerga no mundo e no campo de pesquisa onde está inserida.

Ainda vejo muito medo desse posicionamento na academia. Nas aulas, percebemos as pessoas receosas de se colocarem no texto. Às vezes, um professor diz que é preciso ter distância do objeto, mas isso pode ser colocado de forma tão rígida que gera medo. Precisamos saber até que ponto devemos nos distanciar para manter o rigor metodológico e até que ponto fazemos parte do nosso trabalho. As referências que escolhemos já são uma interferência e um dado que trazemos; é o meu olhar sobre aquilo. Se um homem fizesse a pesquisa que eu fiz, ele traria outra visão.

Ter consciência de que a pesquisa terá rigor e objetividade, mas que também faz parte de quem é o sujeito, é fundamental. Afirmar isso é muito mais inteligente do que tentar escapar o tempo todo. Sentimo-

-nos mais à vontade na pesquisa quando entendemos nossos limites. Eu estava revisando um resumo esta manhã em que a Donna Haraway fala sobre o “distanciamento apaixonado”. Adorei, porque é exatamente isso: nós nos distanciamos até certo ponto, mas é aquele objeto que queremos estudar. Isso traz riqueza ao trabalho, pois é um tema em que nos empenhamos mais por fazer parte da nossa subjetividade. Precisamos cada vez mais esclarecer o que são essa objetividade e essa neutralidade, desconstruindo suas origens para que os pesquisadores, principalmente quem está iniciando, não tenham esse receio.

Márcia: Temos muito com o que romper ainda. Pré-conceitos sobre a produção científica nas universidades brasileiras. Eu diria que, quando se critica a subjetividade, é essa subjetividade declarada, que assume a primeira pessoa do singular. Nossa subjetividade ela soma na pesquisa. A pesquisa, ela é resultado de um tempo histórico, inclusive. Não só de sujeitos históricos. E como é mais prazeroso, inclusive, pesquisar, se assumindo como um pesquisador sujeito. Isso facilita, inclusive, a sua intimidade com a pesquisa, a sua devoção à pesquisa, a sua relação com a pesquisa.

Uma das questões que a gente estava levantando era justamente sobre essa cobertura de veículos tradicionais envolvendo o Oriente Médio, o povo árabe. E como é que vocês enxergam isso? Vocês acham que essa cobertura tem melhorado, tanto no sentido do fazer jornalístico, quanto para a produção acadêmica sobre o tema?

Márcia: Depende do tipo de cobertura de que vamos falar. Se pensarmos na mídia hegemônica, nessa mídia comercial, vejo pouquíssima mudança. Percebo, muitas vezes, uma tentativa de mudança porque existe uma consciência — notamos isso no grande veículo noticioso do Brasil, a GloboNews, que tem um poder de comunicação enorme e repercute em outros meios.

Nesses espaços, há pessoas que têm consciência de que existe uma visão estereotipada sobre os povos árabes, no plural. Mas sinto que esse preconceito é estrutural. Mesmo quando há uma matéria tentando mostrar o lado palestino, os termos e a forma de falar acabam caindo em uma linguagem estereotipada. Sempre se fala em “ataque terrorista” quando se trata de nações que lutam contra Israel; a palavra “terrorismo” aparece em todos os lugares, e há várias pesquisas comprovando isso. No entanto, essa palavra não aparece quando o ataque é feito por Israel.

Mesmo quando a pauta tenta seguir outro viés, a linguagem parece tão consolidada na dicotomia entre o “atraso” e o “progresso”, entre o “bárbaro” e o “civilizado”, que a mídia acaba reforçando essas estruturas. Israel faz parte da ONU; a Palestina, para essa lógica, não existe. A mídia reforça esse apagamento através da linguagem.

Por outro lado, há um segundo ponto: a cobertura feita por outras redes que não pertencem à comunicação hegemônica. Nesse lugar, reconheço alguns pontos de mudança. É a partir dessas novas mídias e redes sociais que pessoas em territórios de conflito podem se comunicar e apresentar sua própria visão, considerando que poucas são ouvidas na mídia tradicional. Isso produz espaço para uma outra forma de discurso — um discurso individual, mas que parte realmente dessas regiões e de um olhar distinto sobre os conflitos.

Tenho acompanhado muita coisa sobre a guerra em plataformas como o Substack, onde vários jornalistas reportam de forma independente, inclusive relatando a dificuldade de cobrir territórios de conflito sem grandes aparatos. Sinto uma quebra nesse lugar, mas com pouca esperança. Embora esse espaço desloque, questione e tencione a mídia hegemônica, vemos que o discurso estereotipado e negativo ainda está profundamente entranhado.

Simone: Eu concordo com a Márcia: se olharmos para a mídia hegemônica, o que vemos é, de fato, um retrocesso para os povos árabes. Mesmo quando tentam fazer uma matéria diferente, acabam encontran-

do um jeito de reforçar o estigma. Peguei o exemplo de uma reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre uma mulher árabe; a manchete dizia: “Carima fala do retorno do estereótipo de terrorismo associado” após o 7 de outubro de 2023. É sempre a mesma lógica: perguntam como a pessoa se sente, mas dão um jeito de inserir a palavra “terrorismo” ali. Parece que o árabe precisa sempre ser ridicularizado ou mostrado como atrasado; nunca baixam a guarda, por assim dizer.

Se olharmos para a Globo ou o *Jornal Nacional*, as poucas vezes em que assisti foram terríveis. Se uma pessoa senta ali para se informar apenas por aquela fonte, sairá com uma visão totalmente distorcida. É assustador como retratam o Oriente Médio. Por outro lado, após o 7 de outubro de 2023, sinto que tem se falado muito mais sobre o tema, seja de forma negativa ou positiva. Isso trouxe um destaque para a região e, principalmente, para a questão palestina. As pessoas se conscientizaram mais, mas isso ocorreu por vias alternativas, não pela mídia hegemônica.

Acredito que, se conversarmos com um grupo de pessoas hoje, elas estarão mais conscientes do que há dois ou três anos — ao menos aquelas que buscam essa mídia independente. Já quem depende apenas da informação da TV aberta ou do que vê em páginas superficiais de redes sociais, provavelmente manterá a mesma visão estereotipada: a de que “todo mundo é terrorista” e “Israel só quer a paz”.

Lendo a sua tese, Simone, você comenta que a análise é guiada através de eixos. Que são: o migratório, o político, o de gênero e o cultural, social e religioso. Gostaríamos de saber como é que se deu esse processo de escolha e desenvolvimento desses eixos dentro da sua pesquisa.

Simone: Bom, esses eixos me encontraram; não fui eu que fui atrás deles. Eles surgiram do campo mesmo. Eu tinha a ideia de trabalhar com os relatos biográficos. Olhando para essa perspectiva biográfica das mulheres. O que elas narravam a partir desses usos que elas faziam.

Só que quando eu fui a campo, apareceu muita questão importante que eu não poderia ignorar. Então, as categorias surgiram do campo. Eu acho muito mais interessante, se a gente vai trabalhar com categorias, ver o que vai chegar para nós. O que as pessoas vão ressaltar daquilo. Talvez se eu colocasse categoria de gênero poderia ser que isso não aparecesse no discurso delas.

Isso floresceu de várias formas. A organização textual que surgiu do campo mesmo. Eu optei por deixar em um capítulo e daí eu fazia referências. Para que a gente conseguisse ter uma leitura melhor daqueles dados. Que a gente pudesse entender qual viés estava sendo mais forte naquela narrativa.

Simone, na sua pesquisa, a entrevista tem um lugar central no percurso metodológico. Que orientações você daria para quem vai utilizar a entrevista como metodologia?

Simone: Apesar de muito difícil, eu sempre gostei muito de trabalhar com entrevistas. Eu acho que, quando você vai a campo, as pessoas trazem tantas questões interessantes que você não tinha pensado, que te instiga a querer fazer mais entrevistas. Muitas questões teóricas eu fui atrás por causa das narrativas e dos relatos que as mulheres traziam, questões que eu nem tinha pensado. Uma interlocutora fala do Mossad, da inteligência artificial lá de Israel, e aquilo me deu um estalo de que eu tinha que falar sobre cyber controle. Eu fui atrás de pesquisas e de trabalhos. Eu acho que é um desafio, mas traz uma riqueza muito grande para a pesquisa trabalhar com entrevistas. É também um retorno que a gente dá: vamos usar os dados que estão ali, o que as pessoas comuns do dia a dia estão pensando.

O conselho que eu dou é ter muita paciência; tem que saber ouvir as pessoas e ser sensível a isso. Quando vamos ter contato com uma pessoa, temos que estar muito abertos para tudo o que aquela pessoa vai nos trazer, sem julgamentos. A questão ética nós temos que cuidar

muito nas pesquisas. Sempre deixar bem claros os objetivos da investigação e para que vão ser utilizados esses dados que estamos coletando da pessoa. Ser o mais claro possível: falar que vamos gravar, perguntar se ela autoriza, dar o termo de consentimento.

Também acho muito interessante fazermos entrevistas piloto antes. Isso vai nos dar segurança. Primeiro, temos aquele medo de ir a campo; quando fazemos a primeira entrevista, começamos a colocar os pingos nos is. Percebemos se uma pergunta não caiu bem, se devemos tirar ou reformular. Se a pessoa não entendeu uma questão, talvez tenhamos que mudar ou retirar; ou se algo está sendo repetitivo. A entrevista piloto é muito interessante para quem vai trabalhar com essa metodologia porque precisamos estar muito seguros com o nosso roteiro, com o nosso formulário de questões. Temos que estar seguros com o roteiro para não ficarmos pegando nele toda hora, inseguros; que seja meio que uma conversa, igual vocês estão fazendo aqui. Eu dou uma olhadinha rápida e já sei o que tenho que perguntar. Já sei que aquela informação, aquela narrativa que a pessoa está me trazendo, permite que eu coloque outra pergunta ali, se for, por exemplo, um roteiro semiestruturado. As pessoas querem falar, elas têm muitas coisas para dizer, querem falar sobre suas histórias. É o momento que temos que dar para elas: ser sensível, não julgar e cuidar.

Um dos trechos que se destaca no seu trabalho é justamente quando você defende a escolha do termo Palestina no lugar de outros, como territórios palestinos ocupados. Qual é a relevância dessa escolha terminológica no contexto de um pensamento decolonial?

Simone: Edward Said diz que só de usar Palestina e não outras denominações já é um ato político. No momento em que não vemos ninguém se referindo àquele território como palestina, ao se referir como palestina é um ato político. Estou indo contra todo esse movimento de ocupação dessas terras ilegais. Isso para mim foi uma virada na pesqui-

sa. Não apenas de me compreender como palestina, mas de entender o meu papel como uma pesquisadora que estava escrevendo sobre a Palestina.

Eu comecei a escrever utilizando o termo territórios ocupados, porque era isso que eu estava encontrando no meu estado da arte. Quando eu percebi, ganhei um fôlego mais político na pesquisa. É essa coisa de eu me sentir à vontade e a minha responsabilidade de fazer esse trabalho. Eu vi que não estava errada de escrever Palestina, por mais que eu não encontrasse muitas pesquisas. Às vezes temos que questionar algumas coisas.

Simone, a sua pesquisa, ela foi construída tendo um olhar histórico muito forte, e ao mesmo tempo, em meio à eclosão do genocídio em Gaza. Você estava vivendo a história e ao mesmo tempo escrevendo. Como foi esse processo de escrita para você?

Simone: Aí reside o preço de escrevermos sobre algo que nos afeta. O que aconteceu em outubro de 2023, enquanto eu estava finalizando a minha escrita, era o momento já de fechamento da Tese. E quando acontece aquilo, eu fico meio paralisada. Era o momento que eu tinha que ter mais gás para escrever. Eu fico um mês sem escrever o meu trabalho. Faltando quatro meses para a defesa, um mês é muita coisa para ficar parado. As coisas pararam de fazer sentido.

Eu estava construindo um trabalho que eu sabia da relevância, pela questão das mulheres palestinas. Mas já não tinha aquela potência, depois do que aconteceu em outubro de 2023. Me questionei: qual é a relevância de eu estar fazendo isso enquanto milhares de pessoas estão sendo assassinadas, estão sem o que comer, sem tomar água? O meu trabalho virou nada. Aquilo foi muito impactante. As imagens que eu via no Instagram ficavam se repetindo à noite na minha cabeça. Eu não conseguia dormir, ficava voltando, voltando, voltando. Aí, eu acordava, falava com a minha família.

E aí um poeta faleceu na Faixa de Gaza. Eu fui atrás de pesquisar sobre o que ele escrevia e encontrei uma palestra dele no TED na qual ele dizia sobre a importância das histórias orais. E, a partir daquele momento, eu vi que o meu trabalho, de fato, tinha importância.

Eu não consigo ajudar aquelas pessoas que estão morrendo lá, mas eu consigo deixar para o mundo um pouco do que é a Palestina, do que são as pessoas, do que é a história Palestina, por que aquilo tá acontecendo agora. Não consigo levar alimento para eles, água, salvar as pessoas dos bombardeios. Mas eu consigo levar um pouco dessa perspectiva para o resto do mundo. E isso me deu uma força para voltar a escrever.

Voltei a olhar o que aquelas mulheres estavam falando, vi que eu precisava voltar algumas questões teóricas, reforçar algumas questões. Eu comecei a ler mais coisas que tinham que estar ali. Eu voltei a falar com as mulheres, mesmo com pouquíssimo tempo e aquilo estava muito recente. As mulheres não conseguiam falar. Algumas estavam com a imunidade baixa, doentes por várias semanas, preocupadas. Ao mesmo tempo que foi um momento de paralisação total, depois me deu uma força. É isso: quando vamos estudar alguma coisa que tem importância para nós, temos que estar abertos a isso; ficamos também mais suscetíveis a sermos afetados diretamente por isso.

Queríamos saber como que foi esse processo. Dos principais desafios durante as entrevistas, se teve um envolvimento afetivo e/ou emocional, e se ele modificou, esse caminho metodológico?

Simone: Como eu tenho descendência palestina, a minha família e eu conhecemos muitas pessoas próximas que poderiam me conceder entrevistas. No momento da qualificação, eu falei que a ideia era começar pelas pessoas com quem eu tivesse vínculo: conhecidos, a tia — e daí minha tia poderia chamar a cunhada dela. Só que, quando começamos a falar sobre isso na qualificação, a banca me questionou se não seria mais

interessante ir por outros caminhos, para que eu tivesse questões mais diversas e não ficasse só na minha bolha de conhecidos.

Comecei a procurar em páginas *online* de associações árabe-palestinas e perfis que falassem sobre a Palestina produzidos por palestinos. Eu via quem estava curtindo, quem eram os seguidores e quem interagia; assim, fui encontrando pessoas com quem eu não tinha contato. Isso foi importante para essa questão do distanciamento na pesquisa: eu não preciso me afastar totalmente, mas tenho que conhecer os limites. Eu não poderia fazer uma pesquisa só com a minha mãe, minha tia ou minha avó; ficaria algo enviesado.

Encontrei mulheres que pareciam surgir no caminho, como a Hanan, que é produtora de conteúdo e mora em Santana do Livramento. Ela me conectou com outras mulheres, como a Maysar, que também produz conteúdo — pessoas com quem eu nunca tinha tido contato. Ter essa descendência me traz uma aproximação cultural e social. Eu estava escrevendo sobre isso para apresentar na Jornada de Recepção: sobre a questão do pesquisador e a afetação, sobre falar de si na pesquisa e qual o impacto disso nas análises e na construção do trabalho.

Ter essa vivência e conhecer a língua ajudou muito no contato com elas. Entrevistei uma mulher, por exemplo, que não tinha muito domínio do português; ela falava algumas palavras em árabe e, por eu saber o significado, eu não a interrompia, apenas continuava o fluxo da conversa. Eu sabia que *Hawiya* significava passaporte, então a conversa fluía. Eu não entrevistei muitas mulheres de quem eu tivesse uma proximidade muito forte, mas é interessante que, conversando com elas, volta e meia aparecia alguém que conhecíamos em comum, ou elas moravam na mesma cidade das minhas avós, ou conheciam Betunia, que é a cidade de onde eu era. A identidade palestina acaba sendo muito reforçada por esses laços; como é um território que está em extinção, fazemos questão de reforçar esses vínculos quando encontramos outro palestino. Cria-se uma trama muito forte.

No caso da Maysar, que é uma das produtoras de conteúdo, ela é uma mulher muito ativa na causa palestina, dá muitas entrevistas e é articulada politicamente. Ela estava escrevendo um livro, inclusive, e começou a me dar a entrevista meio “de saco cheio”, como quem vai repetir tudo o que já falou. Eu percebi que estava daquele jeito, mas quando mencionei Saffa, a cidade da minha tia, ela parou: “Tu é de Saffa? Tua família é de Saffa?”. Eu falei o nome da minha tia e descobrimos que ela é a melhor amiga da minha tia; sempre que ela vai para a Palestina, elas almoçam juntas. Quando se descobriu isso, o tom da conversa mudou. Ela falou: “Eu não acredito, eu vi que teu rosto não era estranho!”, e começou a ficar muito mais à vontade, ela se abriu mais. Fazer parte do que você pesquisa ajuda nisso: você consegue ter uma relação sensível e saber o que pode ser um tópico mais delicado para reformular a questão.

A questão religiosa, eu sabia que era algo forte, pois a maioria dos palestinos são muçulmanos. Questionar a religiosidade de alguém poderia soar como ofensivo para quem não entende o contexto. Se você pergunta “qual é a tua religião?” para alguém que usa o *hijabe*, a pessoa pode se ofender: “óbvio que sou muçulmana, como assim?”. Então eu fui por outras vias: “você se considera uma pessoa religiosa?”, “você pratica a religiosidade?”. Quando compreendemos sobre o que estamos falando, temos esse jogo de cintura no campo.

As indicações foram aparecendo; eu perguntava se elas gostariam de indicar outras mulheres ou ia atrás das páginas. Vi a foto de um conhecido que marcou uma interlocutora, vi que ela tinha a bandeirinha da Palestina no perfil e a chamei. Foi assim; eu não conhecia a maioria delas, mas criou-se uma trama forte. Elas faziam questão de falar sobre a Palestina porque não encontram espaço para isso; quando encontram um canal para falar de suas histórias, elas querem falar. Por isso, tive entrevistas de quatro horas e eu nem sabia o que fazer com tanto material, mas não poderia deixar de dar esse espaço. Algumas eu visitei depois em Porto Alegre, fui às lojas delas e conversei; outras me parabenizaram pela pesquisa. Foi uma troca muito boa; são interlocutoras que vou levar para sempre comigo.

A gente percebe que existe uma diferença geracional na amostragem da pesquisa. Como você analisa as diferenças e similaridades entre elas?

Simone: Primeiro vou falar sobre a similaridade: todas elas tinham essa questão política muito forte, de compreender que nas redes sociais existem bloqueios e que, se você fala sobre a Palestina, o alcance diminui. Havia o consenso de que a mídia hegemônica trata as mulheres de uma forma estereotipada; quase 100% delas concordava com essa questão política atrelada às tecnologias digitais.

Sobre as diferenças, eu senti que as mulheres de mais idade têm muito um saudosismo sobre as questões de relação interpessoal. As tecnologias aproximam, porque temos um contato diário — o que é muito bom — com as pessoas que estão em outras partes do planeta, na diáspora. Só que elas também diminuem e banalizam um pouco a questão da saudade, porque estou vendo a pessoa todos os dias e falo com ela o tempo todo. Antes, a comunicação era por cartas. Até na minha idade — tenho 30 anos — eu lembro que era um momento à parte quando gravávamos os vídeos, quando esperávamos algum familiar vir para mandarmos as fitas, ou quando íamos ao estúdio tirar fotos e escrever cartas; era um evento.

Ao receber fotos das minhas irmãs, eu não sabia como elas estariam três ou cinco anos depois sem eu vê-las, então era um momento muito importante. Elas falam muito dessa banalização da saudade que as tecnologias trouxeram; você não sente mais a mesma saudade, pois, embora sinta a falta física e da convivência, você sabe tudo o que a pessoa fez no dia, sabe quais são os próximos passos e acompanha a evolução da criança ou do adulto. Essa foi a diferença que notei.

Contudo, em questão de articulação política, eu as senti muito politizadas independentemente da idade. Quando uma causa se sobressai às outras, alguns marcadores, como a questão geracional, param de ter tanta importância. No meu mestrado, eu senti que a questão geracional fazia mais sentido porque eu estava falando sobre pós-feminismo e empoderamento; ali era um dado relevante. Na questão palestina, vi que a

idade não era o fator principal para mim. O campo estava me trazendo outras questões mais urgentes do que a diferença de idade, então não chegou a ser um fator central para a minha análise.

Márcia, como tem sido o desenvolvimento desse olhar decolonial para a pesquisa?

Marcia: Esse movimento decolonial se acelerou nos últimos anos. Isso veio com essa carga de leituras. Quantas obras foram publicadas e republicadas recentemente reverberando movimentos dos anos 70, né, lembrando que o *orientalismo* foi publicado em 1978. Eu acho que ter consciência da colonialidade muda bastante nossa perspectiva de pesquisa. Você nunca mais é a mesma pesquisadora, depois que você pensa em interseccionalidade e tudo o que constitui o nosso país.

Além disso, acho que é importante pensar a pesquisa num lugar também de prazer, sabe? A pesquisa parece que sempre está num lugar de sofrimento, na dificuldade de escrever. É claro que é difícil. É solitário muitas vezes produzir uma pesquisa, mas pensar também que também nos foi imposto esse lugar dessa rigidez como uma penalização. É meio cristão também isso. Parece que precisa sofrer para atingir o topo, mas também dá para ter flores no meio do caminho e desenvolver a pesquisa com prazer, com amor, com vontade e com compromisso.

CAPÍTULO 3

Ficções grotescas e pedagogias transepistemológicas: a tese de Lua Lamberti sobre artes transformistas

JULIA SANTIAGO (UFPE)

Entrevista com Lua Lamberti (UEM)

A tese de doutorado de Lua Lamberti: “Artes Transformistas: metodologias, linguagens e ficções grotescas em bases pedagógicas transepistemológicas”, analisa a arte transformista não somente como expressão estética e/ou performativa, mas literalmente seguindo um parâmetro mais abrangente, a partir da perspectiva desta enquanto um campo de produção de conhecimento. Mergulhando sobre as multiplicidades das expressões no campo da linguagem, corpo e cena, a tese propõe metodologias que nascem da própria prática artística, valorizando produções de conhecimento e modos de criação dissidentes, os quais rompem com os modelos tradicionais brancos e cis-hetero-patriarcais entranhados no mundo acadêmico.

Assim, trazendo para o campo acadêmico um novo conceito, o de “ficções grotescas”, a pesquisa adentra na arte, educação e política, reafirmando o corpo transformista enquanto território pedagógico e crítico. Dessa forma, Lua Lamberti consegue ampliar as discussões

acerca de metodologias artísticas e pedagogias dissidentes, rompendo com paradigmas e reconhecendo a arte transformista em toda a sua potência, enfatizando-a enquanto prática que produzir linguagens e pensamentos e tensionando os regimes de visibilidade, hierarquização e legitimidade do saber.

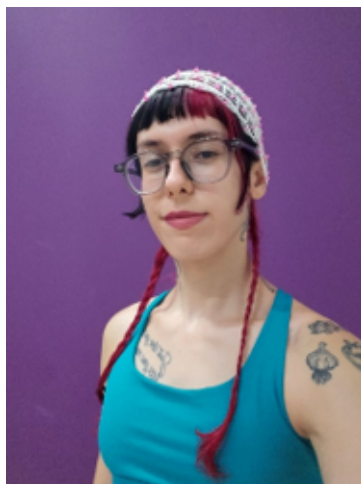


Figura 1: Lua Lamberti
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Como foi a sua trajetória profissional, acadêmica e artística? Como foi o seu primeiro contato com a arte transformista e como ela te atravessa profissionalmente?

Lua: Eu comecei a trabalhar com teatro muito cedo na minha trajetória. Eu faço teatro desde criança. Minha irmã foi minha primeira professora de teatro quando eu tinha 5 ou 6 aninhos. Então eu fiz teatro na escola, fiz teatro na igreja, fazia os cursos de teatro com a minha irmã. E aí, eventualmente, quando eu fui prestar vestibular, parecia meio natural prestar para artes cênicas. Eu não tinha muita noção do que eu queria fazer. Nem foi uma coisa, uma grande decisão para mim. Foi meio,

ah, eu já faço isso mesmo, vamos estudar isso. Entrei na universidade meio sem perspectiva, assim, não esperava muita coisa. Logo de cara, eu comecei a trabalhar com um grupo de palhaços, o grupo Melclown. Isso foi em 2013, meu segundo ano de graduação, eu já estava trabalhando com eles. E aí, esse grupo tinha hábitos de treino, ensaio e pesquisa.

Foi quando eu comecei a estudar mais profundamente a comédia, as figuras míticas históricas e esse campo um pouco mais social e antropológico do riso. E foi aí que eu trombei com a minha primeira referência, na verdade, que foi o Dzi Croquettes,¹ que é um grupo que engloba elementos do cabaré com dança e teatro. É uma coisa meio teatro de revista, meio Vaudeville,² meio cabaré. O que eles faziam era muito vanguardista. Inclusive tem um documentário do Dzi Croquettes no YouTube, que conta um pouco da história do grupo. E eu achei aquilo fabuloso. Aquilo tinha muitos elementos de transformismo. Desde a purpurina, a maquiagem, o salto, a dança. Também tinha muitos elementos da palhaçaria, era uma intersecção muito próxima do que eu estava fazendo. Eu fiquei muito intrigada, comecei a pesquisar mais sobre. E foi nesse contexto que eu comecei a estudar teoria de gênero, feminismos e tal. Estava super envolvida na universidade com o movimento estudantil, e daí eu ouvia esses termos: machismo, misoginia, sexismo, e eu não sabia exatamente do que se tratava, comecei a pesquisar mais por curiosidade. E foi na junção dessas coisas que eu decidi criar uma cena minha, de uma disciplina no nosso terceiro ano de graduação, que se chamava Direção Contrateatral, na qual você tinha que dirigir uma cena. E eu pensei em abordar todas essas coisas que estavam me interessando. Então eu montei um cabaré *drag*. E foi a partir daí que eu comecei a fazer *drag*, mas no sentido de pesquisas. Depois eu me formei e continuei trabalhando com isso. Consegui trabalhar com *drag* dentro do teatro, que é uma coisa que não é comum em geral, mas muito menos aqui no interior. Mas trabalhava também em bares, casas noturnas, coisas assim. Fiz muita coisa com *drag*. E eu pensei muito em levar a *drag* para o campo teórico também.

Então, o meu mestrado é sobre *drag*, mas ele também é em *drag*. Eu escrevo a tese em diálogo com a minha persona *drag*. Tem todo esse trabalho artístico, filosófico que as artes transformistas foram me trazendo.

No caso da sua tese, você fez uma extensão do tema que já teve no seu mestrado?

Lua: Eu fiz tudo na UEM mesmo e eu fui emendando tudo. Me formei em Artes Cênicas, entrei no mestrado e doutorado em Educação também na UEM. Eu quis ir aprofundando. Porque quando eu comecei a pesquisar *drag*, o estado da arte eu achava muito fraco. Eram pesquisas de ordem muito antropológica, de pessoas de fora, pessoas que não vivenciavam essa linguagem. Então foi um pouco isso.

E uma coisa que eu acho muito interessante na sua pesquisa é que você consegue categorizar, juntar todos esses tipos de arte, desde a *drag queen*, à *drag king*, categorizando esse conjunto de expressões em “Artes transformistas”. De onde veio esse termo?

Lua: Eu acho que o termo *drag queen*, ele se popularizou, principalmente ali a partir de 2009, por causa do *reality show* da RuPaul. E aí ganhou esse teor de *mainstream* mesmo. Todo mundo que pensava *drag* pensava aquele formato ali.

Como eu comecei a trabalhar muito com *drag*, eu comecei a circular em meios de artistas locais. Eu estava trabalhando com um coletivo *Drag King* de Curitiba, estava trabalhando com as burlescas, conhecia um grupo de ativismo queer lá de São Paulo, uma casa *drag* lá de Santa Catarina. Então eu fui meio que conhecendo outras formas de pensar essa relação com a *drag*, que não só midiática, que não só *mainstream*. E foi nesses contextos que eu comecei a ouvir a noção de artes transformistas. E daí isso remetia muito aos shows de travestis dos anos 70.

Não se tinha esse termo *drag* naquela época, mas era uma coisa muito próxima. E daí também essa grande dificuldade de nomear essas figuras como são artistas trans ou são artistas cis fazendo *drag*, fazendo artes transformistas. Tudo ficava muito borrado. Em parte, a minha pesquisa vinha dessa inquietação. É tudo a mesma coisa? Não é a mesma coisa? Por que isso é diferente? Eu acho que, até pelo título, algumas coisas são diferentes mesmo. Tem gente que vai dizer que *drag* vem do teatro Shakespeareano. Que ele vai usar o anagrama *drag* como *dressed as a girl*. Mas tem gente que nega isso. Que vai falar que eram os vestidos longos, que elas andavam *dragging* -arrastando as caudas dos vestidos. Tem gente que não acredita muito nisso. E como isso sempre fez parte de uma história informal, a gente tem poucos registros assertivos. Sobre isso, que vão dizer o que era, o que não era.

Qual sua relação desde a infância com essa arte? E o que mudou?

Lua: Eu acho que eu não tinha noção do que era uma *drag* até eu começar a pesquisar. Talvez eu tenha visto e tal, mas talvez eu não conseguisse diferenciar o que era. Eu vivi uma infância super controlada no colégio católico. Minha mãe dava aula no mesmo colégio que eu estudava. Minha irmã dava aula de teatro onde eu fazia. Eu estava sempre muito cerceada pela minha família. De modo que eu não conseguia muito pensar coisas assim fora da caixinha, ou conhecer algumas outras coisas. Eu fui começar a entender o que era uma *drag*, ou qual era a possibilidade disso bem mais adiante. Muitas crianças, principalmente crianças dos anos 2000 e antes, têm uma visão ruim disso, porque é sempre ligado à promiscuidade.

Até crianças de hoje em dia, mas principalmente dos anos 2000. Como a figura da *drag* está popularizando hoje em dia, temos cantoras como Gloria Groove, Pabllo Vittar, as crianças têm mais contato. Mas é interessante ver como isso muda com o passar do tempo. Essa visão pejorativa que eu tinha da transgeneridade. Eu tenho uma memória de

infância muito forte da primeira vez que eu vi uma pessoa trans na rua, eu fiquei olhando, curiosa. E lembro que minha mãe falou: ah, não encara muito não, que ela vem aqui e te bate, porque essas pessoas não têm nada a perder. É estranho isso. Porque era essa figura agressiva, essa figura violenta.

Ainda relacionando a essa questão do preconceito, que lacunas e ausências perante os estudos acadêmicos e a formação de uma bibliografia foram perceptíveis durante todo esse processo?

Lua: Tudo começou na graduação, porque o meu mestrado foi nos dobramentos do meu TCC. Eu tive essa dificuldade. As referências que eu encontrava sobre *drag* eu achava muito fracas. Algo “Globo Repórter”, sabe? E até de gênero, eu achava muito difícil de ler aquilo porque eram sempre pessoas, principalmente cisgêneras, falando sobre essas pautas. Eu tinha uma questão muito estética com a bibliografia. Para mim, se eu quero falar sobre gênero e sobre artes transformistas, eu não quero que a minha bibliografia seja cheia de homens brancos cis que não fazem isso. O meu trabalho bibliográfico foi de buscar autoras mulheres, feministas, pessoas pretas, pessoas trans, que tivessem material bibliográfico que eu pudesse usar na minha pesquisa. Só que isso tem dois efeitos. Primeiro que durante o meu processo de pesquisa a gente teve algumas grandes conquistas no movimento trans. As primeiras pessoas trans a defenderem o doutorado foram ali entre 2012 e 2017. Eu me formei em 2016, entrei no mestrado em 2017, então eu comecei a ver essas produções e a partir do que elas estavam lendo e comentando, eu conseguia chegar em outras referências, em outras fontes. Eu vi esse campo expandindo enquanto eu pesquisava. Mas também, um outro fator foi que às vezes eu encontrava uma autora, sei lá, feminista, decolonial, com uma pesquisa incrível, mas que dialogava muito pouco com o meu objeto.

E daí a minha pesquisa ia para esse lado. Eu sinto que eu moldei muito a minha pesquisa a partir das bibliografias com as quais eu queria dialogar. Eu sempre pensei no meu processo bibliográfico como uma curadoria. Eu ia selecionando quais são as pensadoras, as intelectuais que eu quero ter no meu texto. E aí, depois, eu faço o meu texto.

E como é que essa curadoria, no caso da bibliografia que você fez, se relaciona com a própria metodologia da pesquisa?

Lua: Eu tinha lido um livro da Marcia Tiburi. O que eu me lembro é que ela falava em um determinado momento da pesquisa dela que o feminismo deixou de ser um assunto e se tornou um método. Quando eu penso em uma pesquisa feminista, é uma forma de pensar o mundo, é uma forma de ver as relações, é uma chave analítica mesmo. Esse foi o primeiro grande *start* que eu tive. Aí quando eu tive mais contato com a decolonialidade, isso também me pegou muito, do tipo: como eu vou pensar a minha realidade aqui em terras brasileiras, na América Latina? As referências de base que eu estou usando são europeias de dois séculos atrás. Tem tantas questões... Isso é uma coisa que as pessoas questionam muito. Ah, mas você vai jogar fora os clássicos? Não, eles estão lá, eles estão consolidados. Eles vão continuar lá. Aí se você quiser, você vai lá e lê. Tudo bem. Mas qual é a probabilidade da teoria marxista me explicar a relação transfóbica que eu vi acontecer comigo em 2020? Pouco provável. O que não quer dizer que essa é uma teoria ruim, que não quer dizer que está errado, não é sobre isso. Mas a ideia metodológica era de encontrar pessoas que falavam do mundo a partir de um lugar onde eu habitava o mundo. E daí tem uma fala da Linn da Quebrada que eu acho que me embasou muito nisso, que é: eu só posso acreditar em um Deus que também acredite em mim. E isso para mim tinha a ver com as teorias.

Então eu vou ler esse livro que é incrível aqui, só que essa pessoa está pensando o sujeito universal enquanto homem, branco, hétero, cis. Essa

não é a minha realidade. Eu não sou esse sujeito. Como eu vou dialogar com essa teoria sendo que ela não me pensa? Esse campo da curadoria bibliográfica se torna metodológico quando a minha forma de fazer pesquisa tem a ver com buscar essas referências. A grande sacada da minha pesquisa é isso, muito mais compilar alguns autores e autoras que estão pensando o mundo de outra forma do que necessariamente o conteúdo. Essa é uma grande contribuição, de priorizar que a minha bibliografia seja mais feminina do que masculina, tenha pelo menos um grau expressivo de autores e autoras trans, que eu esteja dialogando com mais pessoas pretas do que brancas no meu texto. São escolhas que não tem só a ver com a ideia de que tal teoria é melhor, ou porque tal pessoa é mais reconhecida. Tem a ver com: eu quero pensar o mundo a partir dessas pessoas.

E quais critérios você utilizou na escolha dos artistas que você retrata na pesquisa? E quais foram os autores, autoras, que você mais se inspirou, que formaram a base da pesquisa?

Lua: Bom, os artistas foram pessoas com as quais eu tinha trabalhado com em outros contextos da arte transformista no Brasil. A princípio, eu queria entrevistar mais artistas. Só que eu queria falar da perspectiva do coletivo. O único problema foi que durante a pesquisa, alguns coletivos entraram em hiato, outros terminaram os trabalhos. Então eu fui atrás de pessoas específicas que eram as que eu tinha mais proximidade e que foram pessoas que me deram aulas, que me ensinaram coisas. Eu mudei essa perspectiva da pesquisa do coletivo para pensar os processos de ensino e aprendizagem desses artistas no meio transformista. Foi uma demanda da própria pesquisa. Eram pessoas que eu tinha fácil acesso, tanto que todas as entrevistas foram presenciais, eu estava ou na casa deles ou eles na minha, foi sempre num contexto muito íntimo, o que também me permitia tocar em alguns tópicos que iam um pouco além da pesquisa. Tem muita coisa que a gente conversou que não está

na tese, porque não necessariamente cabia na pesquisa, mas são coisas que foram relevantes para o meu processo pessoal.

E quanto aos autores, na primeira vez que eu li Paul Preciado eu fiquei muito obcecada, ele provavelmente é o meu autor favorito. Porque é um filósofo transmasculino, o que eu já acho muito importante. Ele mexeu muito comigo, a forma como ele escreve, a forma como ele flexiona o pensamento. Me senti muito inspirada. Eu lembro de ter leituras de Preciado que não eram da ordem do trabalho, era da ordem do prazer. Durante o doutorado tive contato com um livro da Abigail Campos Leal, que também mexeu muito comigo a escrita dela. No primeiro capítulo, eu lembro que eu chorei lendo o livro dela. E para mim tinha a ver com isso. Eram leituras que me moviam muito, que não tinha necessariamente a ver só com a teoria, mas que tinha a ver com esse campo narrativo, literário mesmo. Livros que eu leio por prazer. Bell Hooks foi uma leitura que mexeu muito comigo quando eu li pela primeira vez. Grada Kilomba foi uma autora que mexeu muito comigo quando eu li. E aí também eu tenho a minha cota Homem Cis. Acho que a leitura do Jacques Rancière foi um autor que me inspirou muito. Esses são os que mais me marcaram, eu revisito essas obras, eu tenho um deleite mesmo em fazer isso.

Sobre o termo que você usa no título da tese que é “Ficções Grotescas”. Como esse termo dialoga com as artes transformistas?

Lua: Tem um texto da Walida Marisha, que talvez seja uma das autoras que mais me inspiraram também, apesar de ser um artigo curto, nesse texto em específico ela fala sobre ficções visionárias. Sobre como o trabalho epistêmico e o trabalho social, eles são da ordem da fabulação, da gente criar mundos outros que estão por vir e a partir do trabalho coletivo a gente começa a materializar e concretizar esses mundos outros. Eu achei isso estonteante. Foi uma das coisas mais inspiradoras que eu li. E eu acho que isso tem muito a ver com o trabalho artístico.

A gente dispara ficções o tempo inteiro. Então, o campo da ficção é um campo que eu sempre estou próxima. Seja no sentido de criação artística, mas também eu penso a pesquisa como uma ficção científica. Fazer pesquisa é fazer ficção. A ficção é um dos pilares da minha tese. E o campo do grotesco tem um pouco a ver com o que a gente tinha comentado da infância. De como a noção de artes transformistas ou de transgeneridade, ou mesmo de homossexualidade, se a gente for pensar num campo mais aberto, sempre está na ordem do moralismo, do que é feio. Não pode ser assim porque é feio. Isso coloca muitas pesquisadoras e pesquisadores trans, pensando a transgeneridade como próxima do monstro. O terror social. E é o que a gente vê no cenário político, por exemplo, que vamos destruir as famílias. A demonização. Esse lugar do grotesco, da coisa que é nojenta, da coisa que é perigosa, da coisa que é feia, é um lugar para onde eu fui jogada a minha vida toda. Que a minha forma de agir não era legal. E isso é muito doido, porque até dentro da palhaçaria, tem um certo limite do que o humor pode e não pode. E esse humor normalmente para no lugar que é limpinho, que é bonito, que é agradável.

E aí, às vezes, eu ia fazer umas coisas absurdas e ficava nesse lugar do tipo, ah, mas isso é feio, não pode, isso é apelativo.

Você acredita que a academia brasileira está mais aberta para dialogar com metodologias, bibliografias, pesquisas e linguagens artísticas dissidentes?

Lua: Muito mais do que há 10 anos atrás, com certeza. Quando eu comecei a fazer pesquisa, eu ouvia com alguma frequência dos meus professores: mas isso não é uma pesquisa acadêmica, isso é uma curiosidade sua. E aí eu ficava pensando: não é exatamente isso que é uma pesquisa acadêmica? Não é responder uma pergunta? Eu sempre fiquei com essa dificuldade de acessar os espaços mesmo. Com alguma frequência eu ouvia que faltava rigor científico: você está muito próxima do

seu objeto de estudos; nem tudo que você está usando de referência tem base científica. Eventualmente, eu me dobrava muito para essas falas. Eu partia de um entendimento que se essas pessoas estão dizendo isso, é porque eu que estou sendo uma pesquisadora preguiçosa. E eu tive uma orientadora muito boa nesse sentido, porque ela me empoderava muito: eu quero que você diga o que você quer dizer e não o que os outros querem ouvir. Nesse processo, eu comecei a me libertar mais. A partir disso eu fui construindo minha barricada. Quando algum professor falava: “mas isso não é científico”, eu falava: “eu estou usando pessoas que são doutoras pela mesma universidade, pela mesma academia que você está negando”.

Com o tempo, falando do meu lugar pessoal, eu comecei a perceber que a maioria das pessoas dizia que isso não significava nada, porque elas cresceram em um lugar onde isso não significava nada. Quantas de nós entramos numa sala de aula e temos na nossa biografia uma referência trans, uma referência preta? Quantos de nós trabalhamos filosofia a partir de uma perspectiva de povos originários ou de povos da África? Então, é claro que quando eu me coloco em um lugar de descaracterizar os autores cisgêneros que são o cânone acadêmico, a resposta mais natural que eu tenho é que eu estou errada, que o que estou fazendo é fraco.

Eu tive um professor no doutorado que me pegava para Cristo. Toda aula ele me perguntava: quero saber o que você achou desse texto. Quero ouvir a sua opinião sobre isso. Eu tentava opinar, como: é interessante a teoria e tal, mas me incomoda que só tem uma mulher citada no livro inteiro e é a Margaret Thatcher. E daí ele dizia que eu era uma alienada, porque você só quer ler o que você gosta. Eventualmente, a gente quebrou pau no meio da aula com todo mundo vendo. Eu disse a ele: tudo que você passou na sua aula, que é de base marxista, eu li. Mas e você? Leu as referências que eu estou trazendo para o diálogo? Você não leu! Então quem que é alienado aqui? Por que você acha que o seu arcabouço teórico tem mais poder de verdade que o meu? Por que você

acha que você pode exercer esse tipo de violência epistêmica comigo? E eu não estou dizendo que você está errado. Inclusive, a gente está numa turma com 30 e poucos alunos, onde a maioria está discutindo o que você está discutindo. É tão ruim assim eu discutir outra coisa? Faz tão mal assim eu pensar no mundo de outra forma? Gente, eu só estou pensando o mundo de outro lugar.

Mas acredito que isso é uma coisa que hoje em dia veio mudando, no sentido de que independente do que a pessoa acha ou pensa, a gente já tem um número expressivo de referências transcêntricas que se validaram e que estão garantindo seus lugares em debates importantes. E isso em todos os meios. No meio artístico, no meio científico, no meio cultural, no meio político, no meio econômico.

Eu acho que hoje em dia a gente consegue ver uma bibliografia muito mais ampla, inclusive muito mais complexa também. Esse é um fator muito importante de pensar o dissenso, pensar a produção epistêmica, não só todas que estão dizendo a mesma coisa, mas pensar o momento em que duas autoras travestis estão dizendo coisas em que discordam. Magnífico, porque eu acho que é isso que move o campo epistêmico mesmo. Isso é o que faz a gente avançar na teoria, pensar além do que já está dado.

Quais são os seus planos futuros a partir dos desdobramentos da sua pesquisa?

Lua: Eu terminei o doutorado enquanto eu já estava dando aula na universidade. E teria sido meu plano original. Mas eu tive uma experiência bem ruim na universidade, para falar a verdade. E quando eu falo sobre a questão ser estrutural, é justamente a noção de que “chegar lá” não necessariamente me garante algo. No momento, a decisão que eu tomei foi me afastar um pouco. Eu não estou mais como docente, eu estou desligada da maioria dos grupos universitários que eu estive vinculada durante uma década, assim, porque eu quero fazer outras coisas

no momento. Mas eu sei que, no fundo, no fundo, eu não consigo não voltar para esse lugar. É uma coisa que eu gosto. É um lugar que me interessa, que me envolve muito. E eu sei que eventualmente eu vou acessar esse lugar de novo.

O que eu estou pensando enquanto plano futuro é justamente como eu termino a minha pesquisa. É necessário transformar. Sinto que na universidade eu deixei essa minha contribuição e agora ela vai ficar reverberando por um tempo. Agora eu vou levar isso para outros lugares. Atualmente estou trabalhando em estúdios de dança. Aí eu percebo que tem coisa que na universidade a gente pensa que é muito resolvido, mas no mundo real não é. A universidade é uma bolha. E ela não consegue dialogar tão abertamente com a realidade concreta e material das pessoas, porque ela está muito ocupada com burocracias internas. Eu senti que a minha presença nesses estúdios de dança tem dado muito mais ruído, muito mais burburinho do que a minha presença na universidade. E agora o meu momento é esse, eu estou no movimento de levar essas coisas para fora, de furar um pouco essa bolha. E eventualmente talvez a gente volte. Vamos ver para onde o futuro leva.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Grupo teatral e de dança que se tornou símbolo da contracultura no Brasil nos anos 1970.
2. Gênero popular de teatro de variedades, que surgiu no final do Século XIX na América do Norte

CAPÍTULO 4

Fazer de becos sem saída encruzilhadas: textos coletivos e atos criativos em uma pesquisa em movimento

LUCAS DANIEL DA SILVA (UFPE)

GABRIELA ANDRADE (UFPE)

Entrevista com Rafaela Pereira Lima (UFMG)

Na tese “Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo: experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra”, Rafaela Lima (2023) nos apresenta processos de transformação das expressões de sofrimento em ação coletiva para mobilização social: intervenções públicas, eventos, comunicação para redes sociais, performances, produtos comunicacionais, obras de arte, mas também descreve as implicações pedagógicas, políticas, éticas e comunicacionais dessas mobilizações sociais.

A tese sistematiza a luta coletiva antirracista, indo na contramão do ultraindividualismo estimulado pelo capitalismo neoliberal. Uma trama de *escrevivências*, entrevistas com dois públicos distintos de Belo Horizonte (MG): o Fórum das Juventudes da Grande BH, formado por entidades e coletivos da Região Metropolitana da cidade mineira; e a Rede Mães de Luta, formada por mulheres impactadas por violações de direitos e assassinatos de familiares.

A pesquisa foi premiada na 11ª edição da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (Abrapcorp) (2024), segundo colocado na Categoria Doutorado do Prêmio Intercom de Pesquisa em Comunicação, menção honrosa no Prêmio CAPES de Teses (2024), na categoria Comunicação e Informação e escolhido como “Melhor Tese do Programa” (PPGCOM/UFMG), em 2023. No modo pelo qual a autora articulou um total de 31 (trinta e uma) entrevistas percebemos o porquê de tais reconhecimentos.

Trata-se de “um processo de construção do conhecimento em que” o seu *Eu-pesquisadora* é assumido, mas “sem esquecer que meu lugar é, também, o do sujeito social”. As pessoas entrevistadas não apenas relatam suas experiências, mas são co-criadoras da pesquisa. Rafaela Lima constituiu alguns protocolos de pesquisa: entrevistas em profundidade, relatos em primeira pessoa e uma revisão minuciosa onde as pessoas entrevistadas editam os textos em conjunto com a autora. Do texto até a composição gráfica, o caráter coletivo do “objeto” de sua pesquisa foi incorporado como prática política-ética de sua escrita de modo que a própria noção de “objeto” se dissipa em coletividade.



Figura 1: Rafaela Pereira Lima
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Quais seriam, na sua visão, os principais passos para a criação de um ato textual coletivo?

Rafaela: É muito importante dizer que esse foi o processo da tese. O que desenvolvi com essas mulheres, esses jovens, pode servir de inspiração para outros atos textuais coletivos. Mas essa busca, pela premissa dialógica, ela vai ser sempre processual. Tem uma coisa que eu defendo nessa tese, nessa pesquisa e na vida que é essa ideia da experimentação, de não ter um formato pré-definido, de construir ao longo do processo, uma ideia também de que o processo pode ser um aprendizado para todos os sujeitos, quebrando essa dicotomia entre processo esse produto. O processo de produção da tese foi empreendimento para todas e todos nós que estávamos envolvidos nele.

Tive algumas dificuldades de início, o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) tinha um modelo muito biológico mesmo e principalmente médico para pesquisas com amostragens. Parecia um parâmetro meio adaptado para outras ciências e não dialogava com uma proposta qualitativa e participativa que eu buscava. Genocídio da juventude negra e que envolve situações de exposição a risco de todos os públicos. Então, uma premissa seria o anonimato das fontes. No entanto, todas as 30 pessoas com as quais eu dialoguei eram pessoas já expostas publicamente. A necessidade de reconhecimento de autoria, injustiça epistêmica de não trazer aqueles e aquelas autoras. Mas naquele momento eu não consegui. Acabei conseguindo uma proposta mais qualitativa e mais participativa usando um argumento jurídico de direito autoral.

O ato pessoal coletivo pressupõe um processo dialógico, participativo e colaborativo. Dialógico no sentido de realmente ser conversado com os sujeitos, de as inquietações, as proposições, os textos em si serem fruto dessas conversas. Participativo no sentido de entender realmente que o texto é algo entre eu e nós, é essa junção, essa autoria coletiva mesmo. Por isso, trazer formas para que esses sujeitos de fato

estejam reconhecidos, creditados e a participação deles seja reconhecida. E colaborativa no sentido de se fazer junto.

Eu estou no Fórum da Juventudes desde 2004, sou ativista desse Fórum até hoje. E a Rede Mais de Luta nasceu em 2019, a partir de uma junção de grupos de mulheres que é parceira da organização que eu lidero a vida inteira. Eu conversei com pessoas com as quais eu tinha uma relação muito profunda. Foram conversas enormes, de horas e horas. É muito impressionante que as pessoas todas quiseram contar mesmo a história da vida delas para além da luta e na conexão com a luta. O material ficou muito extenso na transcrição.

Nesse primeiro momento eu não tinha ideia o que eu ia fazer com isso, deu 600 páginas. Aí o meu orientador sugeriu que eu criasse um site com esses textos na íntegra. Essa primeira edição, não fiz sozinha, teve gente que me ajudou. Era um volume muito grande e cada pessoa foi lá e revisou e colocou do jeito que ela quis. Aqueles atos expressivos daqueles grupos e o que aquelas pessoas me contaram.

A partir desses pontos em comum, eu estabeleci os eixos temáticos da tese. Dialogando com autores e para cada um desses eixos temáticos, eu fiz questão de abrir com conhecimentos que eu ouvi nessas narrativas. Eu buscava dentro de cada narrativa trechos. Esses textos vieram assinados por cada pessoa. Eu usei muito a ideia de palavra geradora do Paulo Freire para alfabetizar. Ele busca um conjunto de palavras que tem a ver com o universo expressivo, simbólico, político dos sujeitos para, a partir daí, alfabetizar. Então, em cada eixo temático eu parti desses textos para depois trazer autores e reflexões minhas.

Porque a tese ela não é naquele nós, naquele plural majestático. Ela é dessa confluência de olhares e de conversas. Se tivesse tido lá atrás a possibilidade de pensar a pesquisa já nesse viés mais qualitativo e participativo, eu teria, por exemplo, escolhido um conjunto menor de pessoas para entrevistar. Eu trabalhei muito mais do que precisaria. É nesse sentido que eu acho que, às vezes, a minha tese pode inspirar outras pessoas para talhar alguns processos.

Como é que um pesquisador, que não é daquele território, mas se interessa, por uma iniciativa que seja daquele local, ele pode construir esse vínculo com um tempo limitado? Que não seja com a visão da comunidade como um objeto de pesquisa?

Rafaela: Muitos movimentos são muito traumatizados, por serem usados como objeto. De gente que foi, fez um tanto de pergunta e nunca mais apareceu. Existe uma certa resistência, e eu acho que justa, por conta de processos anteriores que não foram legais. Exatamente por essa sensação de ser objeto. A primeira coisa é não objetificar e é se colocar como alguém que não objetifica. E tem uma coisa que eu acho muito importante também que é a linguagem simples. Muitas vezes a linguagem acadêmica é empolada. Eu não acho que complexo é sinônimo de complicado, difícil de entender. Eu acho que você tem que ter uma linguagem que se aproxima do cotidiano, de qualquer pessoa com a qual você vai interagir. Você tem que saber explicar.

Eu lembro da Cris Ribeiro que é uma pessoa que me inspirou muito, que falou de escrevivência, que é uma psicanalista, ela conta que na dissertação de mestrado dela, ela sempre pensava: “Eu tenho que escrever para minha mãe de santo ler. Eu tenho que escrever para minha mãe de santo entender”. Usar uma linguagem que dialogue com contexto daquelas pessoas. E de fato explicar, se comprometer a ir até o fim, a dar devolutiva, a ouvir.

Eu acho que a gente tem que ter humildade de não pensar que a gente é tão sábio que vai chegar para lá ouvir e o que você entendeu dali é o que está valendo. Essa etapa de validação e de ajuste é fundamental e ela tem que estar dita na proposição. Enfim, ser bastante claro nas intenções e saber ouvir o não. Porque senão é como se o popular, o comunitário tivesse um lugar hierárquico menor. É importante essa postura ética de tratar o outro como sujeito, não como objeto. Eu não acho que é imprescindível uma convivência prévia ou uma longa convivência, mas

eu acho que a convivência prévia e a longa convivência, que é o meu caso, tem que ser um aspecto a ser considerado.

Eu gostaria de perguntar sobre Paulo Freire, sobre a palavra geradora, e sobre essa adaptação que possibilitou essa escrita plurivocal.

Rafaela: Era preciso experimentar e a gente experimentou o tempo inteiro e segue experimentando. Desde a minha formação na comunicação comunitária, quando eu realmente percebi que os pressupostos do jornalismo tradicional não se aplicavam a processos que fossem efetivamente participativos, de comunicação popular. E a própria comunicação popular também tem uma tradição iluminista de: “vamos levar a verdade ao povo”. Essa experimentação exige primeiro sair dessa perspectiva de que existe um conhecimento fora da relação dos sujeitos.

Eu gosto muito do Humberto Maturana, do Francisco Varela, que tem uma grande linha de contestação desse pressuposto da ciência, que é a biologia do conhecer. Esse pressuposto de separação entre pensamento e ação, entre sujeito que conhece e sujeito que recebe o conhecimento. Isso se quebra.

Acho que é essa perspectiva que está nas discussões da comunicação, na praxiologia, no interacionismo, sobre ética na pesquisa, na metodologia de pesquisa. Eu uso uma formulação muito básica de ética da Marilena Chauí que associa a ideia de ético ao não violento, ao não tomar o outro como objeto e ao não ferir a dignidade do outro sujeito.

O que você nos fala sobre essa prática de escrita e essa relação com desinformação na comunidade?

Rafaela: Para pessoas que tinham dificuldade de letramento ou dificuldade com computador, a gente sentava, eu e as outras pessoas que me ajudaram, ia lendo e mexendo junto. A maioria das mulheres, quase todas, a gente fez junto. Eu escuto muitas queixas, principalmente

porque as mulheres são muitas vezes rotuladas de mãe de bandido. E já abordaram a luta delas de forma preconceituosa, de forma equivocada, inclusive isso é fruto de um olhar preconceituoso da pessoa que pesquisa. Só que você não dá a chance de quem realmente realiza a luta confrontar esse olhar com outra perspectiva, de enfrentamento à desinformação. Acho que há a desinformação como erro e a desinformação como envenenamento mesmo. Isso vale para ciência, para jornalismo, para muitos processos em que você está narrando histórias que não são suas ou não são só suas. A gente está sempre construindo uma narrativa. Então, entender que é uma narrativa também é muito importante.

Eu queria te ouvir um pouco mais sobre isso, sobre essa apropriação da escrevivência.

Rafaela: O que foi muito importante para mim sobre a escrevivência, de Conceição Evaristo, foi essa ideia de que entre o acontecimento e o texto há um mundo de coisas. O texto não é a reprodução do acontecimento, ele é uma narrativa do acontecimento. Ele é uma junção, entre o viver, o ver este viver e um processo de escrever. O processo de contar isso, na verdade, é essa mistura. É uma narrativa de histórias vividas, mas é uma narrativa dessas histórias num processo de escrita. E eu tentei que fosse coletivo.

Quais leituras você considera fundamentais para quem deseja se aprofundar na perspectiva decolonial na pesquisa em comunicação?

Rafaela: Conceição Evaristo, a perspectiva da memória que Ecléa Bosi traz. Os princípios dialógicos das histórias de vida da Karin Warkheim, do Museu da Pessoa. A Leda Maria Martins, com a ideia de oralidade, a partir dos processos e das vivências como no caso da população afro-brasileira. E nessa linha do pragmatismo do meu trabalho, eu utilizei muito a ideia de experiência do Dewey. No contexto de uma

pesquisa decolonial desenvolvida no Brasil, muitos autores brasileiros. E também esses autores clássicos como Judith Butler, o Achille Mbembe e a necropolítica.

Colonialismo é um processo de subjugar povos pela força, pelo modelo civilizatório violento. De um lado o explorador e do outro o objeto, ou o outro é animal. Aquele que está fora dos parâmetros civilizatórios e tem que ser civilizado. Eu acho que decolonial é pensar um conhecimento a partir das lutas e numa perspectiva que se opõe a esse modelo civilizatório, construído a partir dos sujeitos.

De que forma o conceito de mídia processo ou arte processo se conecta com o chamado dos atos expressivos

Rafaela: Ele propõe exatamente que se aposte no processo de produção de vídeo popular comunitário como algo que tem uma riqueza experiencial de aprendizado em si, ao invés de ficar nessa dicotomia processo produto. Aí surge essa ideia de mídia processo, a ideia de arte para o acesso. Eu fui muito inspirada pelo Arte como experiência, do Dewey, que vai falar muito do ato criativo, desse processo criativo como algo que está na centralidade e que é um contínuo.

E como eles se conectam com o chamado dos atos expressivos. Queria ressaltar exatamente essa dimensão do agir. Estamos falando de violências devastadoras, de sujeitos que tem suas vidas devastadas por violências imensas. A posição do sujeito individual que sofre a violência, ela é de muita devastação e de muito luto mesmo. Ela é da impossibilidade. Não tem o que fazer com isso, mataram o meu filho. Isso é morte pura. Eu não existo na cidade.

O ato expressivo é um ato coletivo no encontro de sujeitos que vivem esses processos radicais de violência, quando eles se unem para construir algo, expressar a indignação frente a essa violência, este ato coletivo é que te possibilita essa travessia do luto para uma construção de sentido. Transformar a falta de sentido num problema de sentido

que é expresso publicamente. O ato expressivo é uma construção coletiva e uma expressão coletiva que possibilita essa travessia. Esse moldar coletivo possibilita que cada sujeito se coloque num processo de construção de sentido político para a vida pessoal e coletiva e que possibilita também que esse processo de violência, de negação dessas vidas, seja questionado publicamente nesses atos, que se dão em público.

Na tese, você traz o Cruzeiro, a encruzilhada, traz a cultura de Síncope com Muniz Sodré, traz essas três dimensões da mobilização social: dimensão cognitiva, performática e organizativa. Aponta que essa luta é constituída por muitos elementos que são da ordem do drama. Ao ir ao público, essas redes colocam em cena o drama de um genocídio. Também mostra que há um cuidado dessas mulheres umas com as outras. Como você vê o papel dessa catarse coletiva para a mobilização social?

Rafaela: Normalmente encruzilhada é sinônimo de beco sem saída. Inclusive, a tese abre com os versos que eu mais amo na vida — os [versos] do Chacal: “Só o impossível acontece, o possível apenas se repete.” Às vezes, na repetição e na impossibilidade de lutas contra essas forças imensas — uma luta cheia de impossibilidades —, você pode pensar como esse cruzamento de caminhos, não como fim de caminhos, mas como cruzeiro de vários caminhos, e que pode te apontar novas perspectivas.

E a ideia de Exú, que é essa divindade que faz a comunicação, que faz esse trânsito entre humanos e orixás. Ele bagunça, desorganiza, destrói o que está instituído. Essa ideia de romper, romper as fronteiras do que está instituído como repetição e como impossibilidade, é muito importante para a perspectiva decolonial. A ideia até de periferia, de margem, de agente de luta social, de agir na brecha, de entrar onde nem se imagina, de driblar. As lutas sociais sempre vão agir naquele limite e vão buscar fazer de becos sem saída encruzilhadas.

O que eu ouvi de muitas delas é assim: eu era uma dona de casa, eu não imaginava que tinha genocídio nesse país, eu nunca tinha problematizado violência policial. Eu pensava, meu filho tem que andar direitinho. Quando mataram o meu filho, quando eu ouvi que meu filho era bandido e quando eu fui entender o que é milícia, eu fui entender o que é racismo, eu fui entender um monte de coisa. E aí eu pude construir um discurso, um argumento para aquele que me chamava de mãe de bandido e que dizia que bandido bom é bandido morto.

Assim, essas mulheres, ao serem acolhidas, e ao encontrarem o sentido político, elas ressignificam a vida. Elas também transformam esse lugar da impossibilidade do sujeito.

Agora, a catarse, é a ideia de gritar em público. De romper o silêncio. Mas não é um grito indistinto. Por exemplo, eu vi muitas vezes nos eventos das mulheres, uma mulher nova que chega, ela chega gritando em prantos. Ela quer ser acolhida porque mataram o filho dela. Isso é muito legítimo também. Mas o que essas pessoas fazem é construir uma catarse coletiva que tenha uma estética própria, que tenha um modo de se apresentar. Ela não é um grito indistinto, não é um urro, é um grito de vozes plurais concatenadas. Esse grito vai estar lá no bordado vermelho do vestido que tem lá em cada retalho as histórias, vai estar no sangue que transborda no Mil litros de preto, vai estar em todos aqueles elementos fúnebres que elas colocam. Então tem uma dramaturgia. Uma dramaturgia encarnada, é uma catarse construída com um repertório coletivo.

Uma série de processos, que eu até descrevo, que são diferentes para as mães e para os jovens. As mães vão acionar muito mais esses repertórios fúnebres para mostrar que essas vidas têm sentido, que não são apenas mais um. O sentido é: eu vou mostrar quem é esse jovem que morreu, que ele tinha uma história, a foto dele está aqui.

Gostaria de saber mais sobre os aspectos gráficos da sua tese. A importância dos poemas textuais e das composições imagéticas na composição da tese.

Rafaela: A capa, na verdade eu tive um parceiro que é um amigo meu que chama Roni Sampaio, que é um super designer negro, que trabalhou por muitos anos na Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), é ativista de várias lutas sociais e ele me ajudou. O site foi ele que fez todo o layout. Aí ele veio com essa ideia linda do fio branco, que é longo e dos fios negros que são interrompidos. O Ronnie tinha entrado em contato com todas as histórias, ele era do AIC na época da campanha Juventudes Contra a Violência, ele foi voluntário, que fez peça para as mães de luta, então ele é um colaborador.

As imagens das próprias produções, dos coletivos, elas são muito impactantes. Mil litros de preto e a instalação Chorar os filhos têm uma dimensão imagética que é da própria produção dos coletivos que é muito impactante.

Além disso, eu tive a preocupação em trazer as fotos das pessoas, a foto de cada um, de cada uma. E eu gosto muito de poesia, então encontrei poesias na abertura que faziam sentido e dialogavam. E tem textos que eu tomei a liberdade de transformar em poesia. Eu acho que é legal a gente pensar uma tese com um ato criativo também em que você possa trazer seu repertório e as coisas que te inspiram.

CAPÍTULO 5

Epistemologias engorduradas: uma conversa entre pesquisadoras gordas

Emmanuelle Silva (UFPE)

Entrevista com Malu Jimenez (UFMG)

Conversar diante do espelho talvez não seja uma prática muito comum entre mulheres, jovens ou adultas, que convivem com um corpo gordo. Ao menos para mim, por muitos anos, era muito mais comum fugir do espelho e de mim mesma. Para construir essa autoestima, o processo de desenvolvimento de conhecimento e carreira acadêmica foi intenso. Quanto mais percorria o mundo e os estudos no campo das ciências sociais, mais fui me apropriando de um pensamento engordurado. É nesse momento que evocar os conceitos da professora, pesquisadora e ativista Malu Jimenez se faz necessário para uma construção coletiva, diversa e decolonial da pesquisa no Brasil.

Diante da própria metodologia de pesquisa gorda de Malu propomos uma entrevista dialógica, cúmplice e representativa nas vivências apresentadas da nossa entrevistada, ao mesmo tempo que se aproximam de toda a minha trajetória de vida e acadêmica, assim como para tantas

outras mulheres gordas. Segundo Jimenez, faz parte de seu método e sua forma de experienciar o mundo uma curiosidade pujante. Ela afirma que sempre pretendeu entender o mundo que lhe cerca e por quais motivos não há espaço suficiente e adequado para as pessoas gordas. Exceto que esses espaços sejam demarcados pela patologização e a indicação de comorbidades estritamente associadas ao peso do indivíduo. Corpos marcados pelo aço cirúrgico da gordofobia.



Figura 1: Malu Jimenez
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Em que momento da carreira acadêmica e profissional Malu Jimenez se vê diante do conceito de uma Epistemologia Gorda?

Malu: Eu acho que eu sempre tive, mesmo na minha infância. Eu sempre fui uma pessoa curiosa e questionadora, que não concordava muito com as coisas que pareciam estar naturalizadas. Eu lembro de uma foto minha em preto e branco, que eu estou de cabeça para baixo e olhando no meio das pernas. E essa foto é muito significativa para mim, eu a descobri em uma oficina feminista e resume muito quem eu sou. Eu quero olhar as coisas por outros ângulos. Eu sempre tive isso dentro de

mim. Infelizmente, na via acadêmica, institucionalizada da educação, eu tive muitas dificuldades. Eu sou filha de imigrantes espanhóis, que vieram para o Brasil na década de 1970 fugindo. Eles vêm para o Brasil com quatro filhas, eu sou a terceira filha, tenho sete anos de diferença da segunda e um ano e pouco da última. Eu e minha irmã mais nova temos aquela coisa de colocar a mesma roupa, gostar das mesmas atividades, na mesma escola, e eu como uma mulher gorda, e ela como uma menina magra. Então, na minha educação, sempre teve muita comparação dessa diferença de corpos e de comportamentos. Minha irmã sempre esteve muito perto da minha mãe, gostava de brincar de boneca, eu gostava de subir no telhado, não gostava muito de usar saia. Já tinha um comportamento que deveria ser difícil de lidar na infância.

Minha mãe hoje tem seus 90 anos. Meus pais entraram em uma seita quando eu tinha nove anos. Era a seita do Tim Maia,¹ e ele já era famoso quando entrou, era carioca. Minha irmã mais velha tinha problemas com um tumor no cérebro, epilepsia, e com 17 anos os médicos disseram que ela iria morrer. Meus pais desesperados, pedindo ajuda, acabaram entrando nessa seita. E meu futuro mudou completamente, porque me casaram, eu tinha 12 anos, com um homem de 25 anos. E dentro da seita não tinha escola, eu fiquei sem estudar, era uma comunidade. E com 17 anos eu consigo sair da seita, volto para São Paulo, sem estudo, sem dinheiro e com uma família que, se desse errado eu não tinha para onde voltar. E ainda bem que eu não voltei, apenas nas minhas férias, mas para morar ainda bem que não.

Eu fui embora porque larguei do marido, tive que largar porque se não tinha que ficar lá. E eu também não engravidei. Naquela época não tinha essa de mandar para o conselho tutelar. Sempre me lembro de uma médica da baixada fluminense, negra, que chegou para mim, com 12 anos, e falou que eu não podia engravidar, não poderia deixar de tomar o anticoncepcional. Ela fez uma lavagem cerebral tão forte em mim que eu não engravidei, não esquecia de tomar. Ela dizia que eu era uma

criança e que meu organismo não estava preparado para engravidar, mas de um jeito carinhoso que eu voltava lá e ouvia o que ela falava.

Saí e fui estudar, porque comecei a entrar em vários trabalhos subalternizados por não ter estudo, por não saber me comunicar, por causa das minhas roupas. Imagina, eu vinha da baixada fluminense, da roça. Era uma área rural na década de 1980. Quando eu voltei para São Paulo, no meio desses trabalhos, eu pensei que precisava estudar, porque se não eu estava sem nada. Pobre, sozinha, não sei argumentar, não sei meus direitos, vou estudar. Fui fazer um supletivo, trabalhei de babá, empregada doméstica, vendedora de loja, comia nas casas, porque eu não tinha dinheiro. Terminei o supletivo e fui fazer Ensino Médio Técnico de secretariado, porque eu poderia trabalhar e sair com estágio, seria algo melhor. Comecei a trabalhar como estagiária na presidência da SABESP, que era em Pinheiros. Eu ficava horas no transporte, porque não tinha o metrô que tem hoje, e ficava cerca de 2h30 no ônibus. Chegava na minha casa de 1h da manhã e acordava às 5h, vida de São Paulo pobre, uma vida bem difícil.

Mas dentro desse curso de secretariado, lá no Ipiranga, em uma escola estadual, eu conheci uma professora de Língua Portuguesa que me dava aula de redação e ela era muito forte. Um dia ela me chamou e falou que eu tinha muitos erros de português. Eu fiz o Ensino Fundamental em dois anos e depois fui para o Ensino Médio. Tinha muita dificuldade com a linguagem clássica, formal, da Língua Portuguesa, mas ela dizia que eu era muito crítica e precisava focar nisso. Ela me ensinou o que é ciência, essas são as regras, mas o mais importante é que eu era uma pessoa crítica, mesmo com todas as dificuldades com a linguagem formal. Então, ela já me colocou no mundo de outra forma e a gente trabalhou nisso, a gente conversou muito, e eu melhorei muito. Mas até o doutorado eu senti dificuldades.

Dentro desse curso, eu também tinha um professor de Filosofia que me emprestava livros, e como eu ficava muito tempo no transporte público, uma parte eu lia e outra eu dormia. Esse curso foi muito impor-

tante, porque foi no Ensino Médio que eu primeiro descobri que eu era inteligente, independente de não ter acesso a educação formal. Segundo que existiam muitas formas de ver o mundo, era o que ele falava nas aulas de Filosofia. E que eu poderia entrar na universidade pública, para uma pessoa como eu, pobre, sem acesso. Para mim era o lugar que eu nunca ia fazer parte, eu em uma universidade, inatingível e eles me mostraram que não.

Eu prestei o vestibular e passei na UNESP para o curso de Filosofia. A nota da redação foi o que me garantiu, e o tema foi sobre a morte do Ayrton Senna, foi bem no ano que ele morreu. Era algo assim: 'O super herói do Brasil, Ayrton Senna'. E eu escrevo na redação, que na verdade, os heróis do Brasil eram aqueles que acordam às 5h como eu e que tinha que ir para o trabalho. E a Mônica, minha professora de Português tinha razão, a gente trabalhou nisso e me preparou.

Eu entrei, tive dificuldades, Filosofia não é um curso fácil. Formal e atrasado, europeu e tudo que há de colonialista está ali. Eu não me identificava com as leituras, mas por outro lado, existia a possibilidade de questionar, de pensar com outros pensamentos, outras formas de entender. Então, eu fiz a faculdade, terminei e fui para o litoral de São Paulo, passei em um concurso lá e dei aula por sete anos em uma escola estadual.

Só que, quando eu me vi, tive uma decepção muito forte. Via o trabalho dos professores desvalorizados, a gente não ganhava bem, parecia que existia uma cultura de ódio ao professor, como se a gente fosse folgado ou fizesse mal para os filhos. É uma ideia de eu chegando de outros lugares e vestindo outras roupas, que com os alunos eu me dava bem, mas era uma coisa muito moralista com o professor. O Brasil é moralista, e se tem uma ideia que o professor é assistencialista, igual Mary Poppins, da princesa que fala baixo. Eu sempre peguei muito o turno da noite, EJA, eu sempre gostei e os alunos eram meio obrigados a ir, porque tinham que ter ao menos o Ensino Médio, mas eles odiavam

o espaço. A escola é um lugar doente, de criatividade, não é um lugar de construção, pelo contrário.

E eu fico lá até descobrir um edital para filhos de espanhóis estudarem na Espanha. E fui tentar, nunca achei que ia passar, mas eu fiz e passei. Fui para a cidade de Granada estudar Filosofia lá e foi muito importante. Era uma graduação, só que lá eu não precisaria fazer mestrado, apenas dependendo do projeto do doutorado. Eu fiz a graduação em Antropologia Cultural, que foi onde eu tive contato com os estudos decoloniais, começo a ler os autores e autoras daqui da América Latina, tendo contato com a Filosofia Africana.

Olha que louco, eu tive que ir para a Espanha para ler os nossos. Porque aqui eu só li europeu, li Marilena Chaui porque era da Filosofia da Educação, que é vista como uma coisa menor, apesar de ela falar de política muito bem. Foi muito importante, tive esses contatos e passei em um doutorado lá de Antropologia Cultural, e fui estudar direitos de indígenas. Meu trabalho de campo foi no Mato Grosso com os indígenas Bororo, fiquei na Espanha fazendo todos os cursos, acabei os créditos e vim fazer o trabalho de campo. Na hora que cheguei no grupo e os conheci me deu a maior crise existencial. Uma mina branca, de uma universidade espanhola, vindo aqui, não deu para mim. E tinha uma juventude, mas eu acabei indo muito pelas mulheres.

Fiquei na casa da matriarca, que ela era muito política, muito feminista e eu acompanhava. Ela me colocava para cuidar das crianças, eram várias crianças que ficavam na casa dela, netos, sobrinhos, e recebia sem olhar quem era quem, não tinha isso, todo mundo cuidava. Nessas reuniões eu ficava lá ouvindo, às vezes, eu participava e aprendi muita coisa, muita coisa. Não fazia mais sentido eu ficar fazendo pesquisa lá, mas eu tive muito afeto dessas mulheres. Na casa que eu fiquei tinha muita troca de mercadorias para poder ficar lá, você não comprava nada, mas era muito comercial. Você perguntava se poderia fazer uma pesquisa, eles diziam que poderia, mas cobravam 50 sacos de alguma coisa ou 20 sacos de outra, e eu não tinha isso, não queria mercantilizar meu

conhecimento, mas disse que poderia fazer outras coisas. Falei para ela que poderia limpar, lavar, e ela perguntou se eu cuidava de crianças e eu afirmei que sim. Para ela foi muito melhor, me colocou para cuidar das crianças. E quando eu cheguei os homens bebiam muito, usavam drogas, estavam acontecendo muitos feminicídios, estava se tornando perigoso.

Então, eu larguei o doutorado e fui para a Chapada dos Guimarães, fiquei dando aula de Filosofia no Ensino Médio, mas tive contato com uma pós-graduação da UFMT que era transdisciplinar sobre Cultura Contemporânea, fui fazer o mestrado e estudei disciplinas sobre cotidiano, território, revolução, performance e muitas coisas que são fortes no meu pensamento. Disciplinas bem legais. Prestei o mestrado e fui pesquisar a relação entre empregadas domésticas e patroas na Chapada dos Guimarães através da alimentação. Fui estudar cultura alimentar, consumo alimentar, a comida como cultura. Junto com isso vieram relações de poder, vieram feminismo negro, estudos subalternos. Observei que a forma como elas faziam as coisas e a forma como as patroas queriam impor.

Por que eu tive essa ideia? Eu estava no EJA, à noite e na periferia da Chapada, e a maioria das alunas eram mulheres acima de 35, 40 anos, negras, e que trabalhavam cozinhando, como domésticas e que também cozinhavam nos fins de semanas. Lá tem muitos fazendeiros ricos do agronegócio, que comprem casas de veraneio na chapada, mansões e nos fins de semanas e feriados essas pessoas trabalham servindo eles. Limpando, fazendo comida, cuidando dos filhos. A gente conversava muito sobre isso e eu pensei que poderia trazer esse debate. Sempre que via trabalhos sobre a Chapada eram sobre turismo, a natureza, sobre a beleza, os pássaros, a onça. Pensei em pesquisar isso e percebi que todas essas mulheres, empregadas domésticas e patroas também, tinham problemas com engordar, com a gordura.

Nas escolhas sociais delas, roupas, maquiagens, atividades físicas, viagens, até mesmo quando iam sair e se perguntava o que iriam fazer,

diziam que iriam dançar, sempre o tema emagrecimento estava no centro dos debates, a escolha dos alimentos, a forma de fazer, os óleos. E eu, como mulher gorda, pensei que tinha alguns fenômenos com a gordura. No universo acadêmico mesmo, comecei a pesquisar se tinha alguém falando disso. Aqui no Brasil não achei, em 2014 isso. Fui pesquisar na gringa e me deparei com uma galera gorda no mundo todo que pesquisa o corpo gordo por outro viés. E eu falei, é isso. Eu quero pesquisar o corpo gordo. No mestrado já falo, mas ainda fiquei muito engessada, não tinha me encontrado como pesquisadora. Estava ali, escrevendo em primeira pessoa, pensando uma epistemologia e entrando no meu universo de hoje. Eu leio os arquivos hoje e penso no medo de se expor, porque a gente demora um tempo para a gente se apropriar e falar: ‘eu posso construir conhecimento, me respeita’.

No âmbito pessoal, foi nesse momento na Chapada dos Guimarães e o contato com as mulheres do Mato Grosso que ocorreu a virada de chave para a compreensão de que ser uma pessoa gorda estava além dos estereótipos e narrativas limitantes impostas?

Malu: Sim, total. Primeiro que era difícil falar sobre o corpo gordo, era um tabu falar sobre gordura. As pessoas não estavam abertas, tinham vergonha, eu tinha vergonha de falar que eu era gorda.

Passamos pela vida simplesmente omitindo essa informação, para nós mesmas.

Malu: Exatamente, por isso também que comecei a ficar interessada. Essa é a chave e a gente não consegue nem falar. Eu sempre como uma pessoa gorda, criança, adolescente, jovem, adulta. Vou morrer gorda, vou ser uma velha gorda. Eu sempre tive a sensação, o incômodo, mas eu não sabia elaborar, de que o meu corpo vinha antes de mim. Então, em um relacionamento, via meu corpo. Quando eu estava “magra”, as

peessoas me tratavam bem, me acolhiam, eu tinha namoro, as pessoas me amavam. Eu ia procurar um emprego e era mais fácil, tudo isso já vinha também um incômodo de tentar entender o porquê isso está acontecendo, que a minha gordura vem antes do que eu sou. E até hoje é assim e assim será. Eu queria entender isso com aquelas mulheres. Quem eram as gordas? O que elas passavam? Quem eram as magras? Todo mundo com medo de ser gorda? Os meus alunos fora do EJA (eu também dei aula em uma escola particular de filhos de fazendeiros com dinheiro), eu fazia pesquisa com eles, dizia: ‘vou fazer uma pergunta aqui e não precisa falar nada, só colocar no papel o que você escolhe. O que você jamais gostaria que acontecesse com você: Ficar pobre? Morrer? Ou engordar?’. Adivinha o que ganhou com 78%?

Engordar!

Pois é. Com os que têm dinheiro é pior ainda, porque é um status de riqueza e poder. Como foi na Idade Média ser gordo, aqui agora, não. É ter a barriga chapada, ficar musculoso. Então, tem um corpo que vai ser associado a uma classe social. Olha a quantidade de coisas que foram mostrando para mim que isso valeria muito a pena estudar. Eu ingressei no doutorado e as pessoas davam risada de mim. Não posso dizer que isso ainda está totalmente resolvido na academia, porque não está. Claro que já tem uma história, já está mais respeitado, fiz muita orientação, dei muitas palestras, oriento na pós-graduação e já estamos em outro lugar agora. Mas, mesmo assim, naquela época quando eu dizia que eu queria estudar o corpo gordo, o pessoal dava risada.

A gordofobia é tão naturalizada que é um absurdo alguém querer falar sobre ela. Eu dei muita sorte nessa batalha. Quem estaria na minha banca de entrar no doutorado era uma mulher gorda, que depois esteve na minha banca de defesa. Ela fez a bariátrica, não deu certo. E ela estava questionando, estava em um lugar diferente da naturalização, por conta do processo que ela passou. Eu soube disso somente depois. Mas eu passei em segundo lugar com bolsa. Aquilo para mim foi ‘Uau’. Só

de chegar no doutorado, depois dessa história toda que eu contei para você, sobrevivente.

Você comentou que ao chegar no doutorado ninguém falava sobre o corpo gordo, e nem mesmo no cotidiano a gente se permite muitas vezes. Nesse ínterim, você conseguiu perceber se outras áreas do conhecimento já se utilizaram desta concepção para refletir sobre corpos gordos?

Malu: A gente avançou muito desde 2014, quando comecei. Entre o ano passado e este ano, eu participei de umas 30 ou 40 bancas. É muita gente, de várias áreas: Ciências Sociais, Nutrição, Medicina, Dança, Teatro, Serviço Social. Eu acredito que em 2022, quando teve o primeiro congresso da pesquisa gorda no Brasil, que organizei pelo meu pós-doutorado pela UFRJ, foi uma das atividades que eu propus pela UFRJ - o I Congresso da Pesquisa Gorda. Foi um sucesso, dali a gente colocou a linha de pesquisa como base. Daí a ser respeitado e ter uma pesquisa científica são outros quinhentos. Aconteceram outros encontros e com essas pessoas que estão pensando outros mundos, outras formas e dizem: ‘venham, vamos nos juntar’. Conseguir esses encontros é o que vai me levando a encontrar frestas para fazer ciência, construção de conhecimento e até relações na academia. De construção mesmo, e não de discussão e violência, isso é muito importante.

Tem muita gente estudando e a tendência é aumentar. Nós somos mais de 60% da população e isso não dá para esconder. Agora nós estamos passando por um dos momentos mais difíceis da minha caminhada dentro dos estudos do corpo gordo, que é em relação aos remédios de emagrecimento, as canetas, a bariátrica. Essa romantização da magreza, por exemplo, a maior feira de moda *plus size* da América Latina, acontecia na Avenida Paulista, que é um polo plus e acontecia há mais de 10 anos, fechou. Esse ano não aconteceu porque as pessoas querem emagrecer. Muitas palestras que eu daria, não vou dar esse ano. Acaba

que não tem trabalho porque, como eles falam, não é o ‘hype’ falar sobre isso. Só que, olhando criticamente para isso, pelo contrário. Quando a extrema direita entra, não entra só a pauta de partido, de roubo, de crime organizado, entram as pautas fascistas, como a do corpo. Não é coincidência que esse movimento de emagrecimento venha com tanta força junto com o crescimento da direita no Brasil e no mundo. Uma coisa está ligada à outra.

Fico pensando em profissionais da mídia que estão relacionados, precisam da mídia para trabalhar, nos desfiles, por exemplo...

Malu: E das fábricas de roupas *plus size*, a maioria das mulheres que fazem roupas *plus size* são, moda autoral, são gordas. As mulheres hoje que vestem 46 estão tomando Ozempic, a de 42 já está. É como uma religião, uma coisa muito louca. O contrabando das canetas vem com toda força. Nesse momento está muito difícil de sobreviver. Eu não sou concursada, e é muito difícil passar em um concurso. Não é porque eu não estudo, é porque é muito difícil passar em um concurso do jeito que eles querem. Eu sou professora de curso de pós-graduação, eu dou aula, sou uma pesquisadora, sou uma cientista. Mas eu não sou uma professora funcionária pública do governo do país. Existe esse controle, pode ser que um dia eu chegue e eu sei que vou chegar. Mas é muito mais difícil para nós, do que as pessoas que estão dentro e querem ter um vínculo.

Tenho percebido no meio acadêmico essa necessidade na academia como instituição, que há um imenso esforço de discernir os conhecimentos e vozes da intelectualidade aos da militância, seja de qualquer vertente. De acordo com a sua vivência e atuação, o discurso acadêmico e militante é passível de ruptura?

Malu: Eu vou te contar a minha história. Eu, quando estava começando o doutorado, tive muita sorte com minha orientadora. No mes-

trado ela tinha acabado de fazer uma bariátrica, e sabe ex gordo? Ela tentou ir para o lado da patologização e me falou que minha pesquisa é muito ativista e militante. E eu pensava que eu não sabia fazer pesquisa, porque eu nasci militante. E no meio disso, da construção, e eu me sentindo mal, afinal caí na academia por conta disso, ela falava também da minha escrita. E fui para um congresso muito bom de Comunicação e participei de um GT de gênero, com um pessoal da Unicamp, umas feministas. Eu apresentei, a minha orientadora estava na sala, e as debatedoras falaram que a pesquisa era muito boa, me elogiaram bastante. Uma delas tinha pesquisado o corpo gordo, e disse que queria me fazer uma pergunta muito importante e falou assim: ‘todo tempo parece que você é ativista, mas você não se coloca como ativista. E você se sente insegura de estar fazendo ativismo e a gente percebe isso no seu texto. Você é uma ativista?’. E eu respondi que sim, sou ativista, e essa era a dificuldade que estava tendo para pesquisar. E ela falou que eu deveria assumir isso. E eu olhei para minha orientadora e ela estava sem graça. Essa moça salvou minha vida, ela nem imagina.

Isso me levou a questionar várias coisas, inclusive o que é uma pesquisa ativista e ler outras pessoas que escrevem pesquisa ativista. Na Índia tem muito, e até aqui mesmo no Brasil. Eu comecei a me posicionar como uma pesquisadora ativista, porque a minha intenção com os meus estudos é sobretudo com um viés social. Eu não estou falando de uma coisa que vamos ficar debatendo, debatendo, ou vai ficar no escurinho da biblioteca lá na tese. Não, eu estou fazendo porque eu quero políticas públicas para ontem. Eu não quero mais mulheres morrendo por serem gordas. Principalmente, as mulheres periféricas pretas, que mais sofrem com a gordofobia. Existe uma revolta da violência que está acontecendo, das consequências dessa raça e nessa classe. E isso é legítimo de assumir.

Em 2019, eu fui para uma convenção o I encontro do Ativismo Gordo da América Latina e foi na Colômbia. Tinha várias oficinas entre as várias atividades. Tinha a Madalena, que é minha amiga até hoje, ela é professora em Águas Calientes, no México. E estava dando uma ofici-

na sobre autoetnografia, métodos, feminismo e movimentos sociais, foi incrível e caiu como uma luva para mim. Isso também veio da Antropologia, mas nos movimentos sociais, principalmente as mulheres pretas, elas sempre fizeram a autoetnografia. Não tem como pesquisar sem ter um corpo encarnado.

E nessas discussões, dentro da Filosofia, eu lembrei que o Spinoza, que vem antes de Deleuze, Guattari, Foucault, Preciado, ele falava da pesquisa encarnada também. Não era só o ativismo, a Filosofia também tinha. Claro, que se formos para um filósofo tradicional ele não vai considerar Filosofia. Mas eu comecei a me apropriar disso, como potência, e não como algo ruim que me foi ensinado. Porque até aquele momento, o meu grande problema era não poder assumir. Desde lá quando eu aprendi a escrever, a minha questão era essa. Era uma construção que vem de muito tempo e a gente não considera. Sempre acreditamos que todas as questões nos chegam na faculdade. E não, a sua vida vai lhe mostrando caminhos e você aprende. Você está brincando quando criança e pega a boneca e esmaga para ver o que tem dentro, é isso. Foi aí que me apoderei disso. Hoje falo que minha pesquisa é ativista, é uma pesquisa que denuncia. Os depoimentos que eu coloco de outras mulheres, e eu falo que não acontece só comigo, é uma denúncia.

Quando eu fui defender o doutorado, a mesa era só de feministas e elas começaram a chorar, porque nunca tinham ouvido essa pauta. E dentro do feminismo não imaginavam que as mulheres gordas sofrem isso. Porque se você é gorda, você não pode falar, não pode falar do seu sofrimento. Vão falar: 'É só emagrecer', 'você tem que se esforçar', vão falar isso. Olha como é cruel, essa violência é sistêmica, difícil de detectar, de mostrar e de falar dela. É um incômodo gigante, e foi assim que comecei. Faço o doutorado, no meio do doutorado penso, em algo que lá na faculdade de Filosofia já tinha comigo, o porquê que os debates dentro da academia raramente saírem dos muros da universidade. O que a gente fala é tão importante, por que não chega no tiozinho do boteco da esquina aonde todo mundo vai lá e toma um porre um dia?

E na verdade até chega, quando estamos na mesa, jogando sinuca, e conversando com os pares e tudo mais. Mas, por que é que a sociedade tem todo um ódio da universidade? Vim do Mato Grosso, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) teve um problema com um prefeito e com o governador que são bolsonaristas, dizendo que só tem “fumador de maconha na universidade” e virou uma guerra da cidade contra a universidade. E fizeram palestras, indo à mídia e vivendo esse absurdo. A gente precisa levar para a comunidade o que a gente faz na universidade.

No ano passado abriu um edital para professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL e eu passei. Abriremos a linha de Decolonialidades na Comunicação, onde trabalho com Epistemologias Engorduradas. A gente conseguiu ali se fortalecer, porque fazemos pesquisas que não estão no *mainstream*. Além disso me chamaram para dar aula na Pós-Graduação em Diversidade, Inclusão, Gestão e Comunicação da PUC Minas, voltado ao mundo empresarial, que é outro universo.

Ainda em 2017, eu abri o primeiro grupo de pesquisa no Brasil do corpo gordo, e que hoje chamo de Pesquisa Gorda e a gente tem desenvolvido várias coisas como o congressos, artigos, grupos de estudos. Inclusive no Instituto Diversas estamos agora estudando Gordofobia e Interseccionalidades e são várias pessoas que estudam o corpo gordo. A gente debate, lê e divulga nossas pesquisas, fala da vida. E é um lugar muito importante para quem estuda o corpo gordo. No Instituto Diversas, a gente está preocupado com políticas públicas mesmo, com vários núcleos.

Tem uma história, da Rosa com uma professora gorda de Ioga que faz parte da diretoria de São Paulo. Ela teve um nódulo no pé, inchou o pé dela e ficou meses e meses tentando ver o que era, tentar fazer uma cirurgia e ela não conseguia por conta da gordofobia. Ela não conseguia fazer exames, quando conseguia o exame falavam que não podia fazer cirurgia por causa do peso dela. Depois o médico marcou a cirurgia,

mas não conseguiu fazer porque a pressão dela aumentou, mas ele não aguardou a pressão dela baixar. Foi horrível e ela começou a falar sobre isso nas redes sociais dela, perguntou se havia mais gente em São Paulo passando por isso. Eu repostei e bombou gente falando sobre isso, vieram histórias muito fortes, do tipo sofrer com pedra nos rins há seis meses e não conseguia tirar porque não tinha aparelho de ressonância. Apendicite, problemas no fígado, que primeiro tinha que emagrecer, entrou em outra fila para poder fazer uma bariátrica esperando de quatro a cinco anos.

Eu tenho um sonho, tenho uma prospecção muito clara do que eu quero, e por isso também que a gente criou esse instituto, que é montar um Censo Gordo. Não temos estudos do corpo gordo, só tem estudos sobre a obesidade, quantos obesos, quem morre. Muitas vezes esse censo, inclusive, está equivocado e eu comecei a estudar e perceber que todos os movimentos sociais fazem seu próprio censo. Há uma limitação no governo, nos estados, na saúde principalmente, de querer um resultado e isso pode ser manipulado. A gente está se organizando com alguns políticos de São Paulo, o PSol nesse momento. A Luana Alves, uma menina gorda e preta procurou abraçar e entender o que está acontecendo e queremos montar um disque denúncia, começando de São Paulo e depois estendendo. Aí sim a gente vamos ter números. O que a gente quer é política pública. Descobrimos uma lei em São Paulo que diz que é obrigado a ter cadeira, maca e aparelho [para pessoas gordas]. E por que é que não tem?

Nesse momento estamos mais focados em políticas públicas, porque a gente acredita que não adianta só estudar teoria e não ter uma ação prática. Vamos perturbar, escrever uma carta ao prefeito solicitando uma lista de hospitais que se adequam e os que não se adequam. A Filosofia Gorda vem de toda essa construção, desse conhecimento adquirido, da dor, da revolta, da pobreza.

Como um pesquisador poderia engordurar sua pesquisa? Há algum mecanismo?

Malu: Acredito que tem, em qualquer tema. Por quê? Porque os estudos do corpo gordo são estudos multidisciplinares, ele não tem uma linha de pesquisa. Eu posso estar na Educação Física e estudar o corpo gordo, como posso estar na Fisioterapia e estudar o corpo gordo. Só que o que vai acontecer, a minha pesquisa vai transbordar, eu não vou ficar só dentro da minha área. Eu vou me comunicar com outras áreas, porque isso é o pulo do gato e faz com que a gente amplie os nossos entendimentos sobre as coisas.

Você acredita que ainda há muitos espaços de silenciamento para a Pesquisa Gorda? E enfrentamentos para os pesquisadores gordos?

Malu: Com certeza. Estamos diante de uma disputa de narrativas. Inclusive, fazendo uma crítica ao meu trabalho, na minha tese eu dialogo com mulheres pretas, mas eu não trago com a força que eu trago hoje nos últimos artigos. Eu acho que a gente tem muito a aprender com essas literaturas e vai se aprofundando e percebe que não tem como não passar por elas, é um caminho e um processo.

Ainda existe sim, muito silenciamento. Ainda tem muita gente que me procura e diz: “pelo amor de Deus, seja minha banca porque as pessoas não estão entendendo o que eu estou falando”. Eu creio que o silenciamento sempre vai existir, porque a gente está rompendo paradigmas e sendo contra essa universidade, de alguma forma. Também tem a ver com a reprodução dos privilégios. Olha hoje, de modo geral, na universidade existem os pretos que entraram, existem os periféricos, os indígenas. Mas os corpos docentes são brancos e elitizados. A gente tem muita dificuldade de entrar na universidade, eu sou branca, mas eu não sou da elite. Eu não venho de famílias da elite, venho do nada. E tem essa proteção.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Tim Maia se filiou à seita religiosa intitulada Cultura Racional, que foi fundada por Manuel Jacinto Coelho. Esse período de participação do cantor durou apenas cerca de dois anos entre 1975 e 1976, mas resultou na gravação dos álbuns “Tim Maia Racional Vol. 1” e “Vol. 2”. Posteriormente, Tim rejeitou as gravações e falou publicamente da seita e de seu líder, acusando-o de charlatanismo.

CAPÍTULO 6

Entre a comunidade e a universidade: mulheres indígenas e a coletividade na reinvenção do saber

RENATA COSTA CÉZAR DE ALBUQUERQUE (UFPE)

DINA TATIANA QUINTERO QUINTERO (UFPE)

LUANA QUEIROZ SIMÕES (UFPE)

Entrevista com Maria Libertad Pinto Rodrigues (UNICAMP)

A presença indígena na universidade tem desafiado o modo ocidental de produção de conhecimento, trazendo à tona ideias como as autorias coletivas, a centralidade da oralidade, a inseparatividade da humanidade com a natureza e o reconhecimento dos saberes ancestrais enquanto ciência. Nesta entrevista, Maria Libertad Pinto Rodrigues evidencia a centralidade da mulher indígena como produtora de conhecimento e como sujeito epistêmico ativo na contemporaneidade. A pesquisadora narra sua trajetória entre a comunidade Quéchua e a universidade, ilustrando as tensões estruturais que marcam o encontro entre sistemas de saber assimétricos, ao mesmo tempo em que afirma a legitimidade dos conhecimentos indígenas a partir do reconhecimento de suas especificidades, assim como o respeito aos protocolos culturais e calendários próprios dos povos. Sua trajetória demonstra que ocupar a universidade

não significa assimilar-se às metodologias hegemônicas, mas negociar, adaptar e transformar esses espaços a partir de perspectivas decoloniais.

O encontro com a pesquisadora marca como a integração de saberes não convencionais é crucial para a expansão das racionalidades no âmbito científico. Sua atuação também se estende à Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior para a América Latina, o que evidencia seu compromisso político e acadêmico com a transformação estrutural das instituições. Entre suas principais linhas de investigação destacam-se a revitalização e manutenção linguística, a educação intercultural bilíngue, a gestão educativa intercultural e o fortalecimento de práticas comunicacionais próprias, sempre a partir de uma perspectiva se reconhece e reconhece os povos indígenas não como objetos de estudo, mas como protagonistas na produção de conhecimento e assim o incentiva desde sempre.



Figura 1: Maria Libertad Pinto Rodriguez

Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Como você define a epistemologia a partir da sua cosmovisão indígena?

Maria Libertad: O povo Quechua é um povo muito grande e diverso, então preciso informar que a definição de epistemologia não é totalmente homogênea para todo o povo, porque há múltiplas identidades territoriais. Vou falar um pouco a partir de onde estou, na Bolívia, e a partir do que eu trabalhei e vivenciei também. O conceito de episteme é muito utilizado na academia, mas sabemos que todos os povos têm seus sistemas de conhecimentos. O povo Quechua também tem seu sistema de conhecimento. Esses sistemas de conhecimentos têm muita importância porque são conhecimentos situados e do tipo integral, o que algumas pessoas chamam de holístico. Alguns desses conhecimentos, por exemplo, são compartilhados de geração em geração, dos pais aos filhos, dos avós para os netos e assim por diante.

A gente aprende desde muito pequeno, observando, participando, estando imerso e vivenciando. Alguns desses sistemas de conhecimentos podem ser vistos, por exemplo, na tecnologia de desidratação dos alimentos, que são utilizadas até hoje por nossas famílias. Então, são conhecimentos que servem para a vida, que servem para as pessoas resolverem alguma questão, satisfazer alguma necessidade da vida que, nesse caso, seria a alimentação. Outro exemplo vem da manutenção da terra, inspirada nas práticas tradicionais antigas, os chamados *Waru Waru*. É uma técnica agrícola amplamente estudada por diversas pesquisas acadêmicas, mas também reconhecida por seu valor prático. O sistema dos *Waru Waru* possui utilidades múltiplas, porque serve para prevenir inundações, secas e geadas. Tem uma importância muito grande, embora atualmente esteja em risco de desaparecimento pela sua pouca prática. Todos esses sistemas de conhecimento tem um sentido holístico, integrado e amplo e uma relação também com a espiritualidade do povo.

Como você falou em espiritualidade, de que forma ela se articula com o conhecimento em seu povo? É possível separar o saber do sagrado?

Maria Libertad: Quando nós falamos em conhecimento acadêmico já estamos fazendo uma primeira compartimentação. Estamos definindo, hierarquizando e separando os conhecimentos em caixinhas. Analiticamente falando, pode ser feita uma separação do conhecimento, mas, na vivência própria das pessoas, normalmente, esses aspectos são muito fluídos, estão conectados, imbricados. Por exemplo, os conhecimentos dos povos voltados para a terra têm muito a ver com a espiritualidade. Os povos andinos chamam as montanhas de *Achachilas*, termo que vem da palavra *achachi*, que significa avó. Há uma visão de que as montanhas são seus familiares e ancestrais. Quando olhamos para esses elementos da natureza como parte da família, a relação com eles muda, porque produz um respeito, também produz práticas de cuidado. É muito diferente se os concebemos como um recurso econômico.

Os sistemas de manutenção da terra são exemplos dessas práticas de cuidado. Outro exemplo são as práticas de permissão para acessar um lugar, ou também a relação com a água. Há um documentário muito interessante, produzido no Peru, que se chama *La hija de la laguna* (“A filha da lagoa”). É interessante porque nesta cosmovisão mostra que os corpos de água são chamados de *Yakumama*. São tratados como uma pessoa; há uma relação de muito respeito, porque *Yakumama* seria como uma “mamãe água”. Então, a relação com a água muda. Não se olha para ela como um recurso, mas sim como uma mãe, e todos nós temos um profundo respeito por nossas mães. Esse respeito faz com que a concepção, no sentido do conhecimento, também mude. Esse é um aspecto muito interessante sobre como a espiritualidade também está relacionada com o conhecimento e as práticas.

É semelhante ao que Philippe Descola discute sobre as crenças, a espiritualidade e a mitologia indígena como formas de saber ecológico transposto. Cuidamo-nos e respeitamo-nos precisamente por meio da

espiritualidade, desse modo particular de perceber e se relacionar com o ambiente. Isso compõe o sistema holístico, no qual os diferentes saberes se integram e se sustentam mutuamente.

Você considera que existe um conflito ou uma complementaridade entre os modos indígenas de conhecer e os modos ocidentais, especialmente os acadêmicos?

Maria Libertad: Entre os sistemas de conhecimento indígenas e os sistemas de conhecimentos acadêmicos há uma relação de assimetrias. Assimetrias de poder. Então, quando temos assimetrias de poder, é muito difícil falar em complementaridade, porque sempre vai haver um sistema que é subalternizado e outro que é mais valorizado. Nesse sentido, eu considero que exista um conflito entre esses sistemas, mas nem todo conflito implica algo negativo. É um conflito que nos obriga a debater, dialogar, falar. O ideal é que possamos chegar, efetivamente, a essa complementaridade entre esses modos de conhecer, entre esses sistemas de conhecimento.

Temos que levar em conta também que esse conhecimento valorizado no âmbito acadêmico está relacionado à formação escolar e universitária. Essas instituições são muito fortes, porque certificam o que as pessoas devem conhecer, certificam um sistema de ensino que é amplamente legitimado pela sociedade.

Os conhecimentos indígenas, muitas vezes, ficam de fora desse sistema. Nas vezes em que são levados para dentro desses espaços, de algum modo acabam sendo condicionados, folclorizados, instrumentalizados, exotizados. Há, portanto, muitas tensões. Mas é importante aspirar à complementaridade. Atualmente, já temos muitos trabalhos que tentam mudar essa situação, já temos múltiplas experiências interessantes começando a emergir, com as instituições incorporando outras corporeidades, outros idiomas, com detentores desses conhecimentos indígenas se tornando pesquisadores, professores.

E na sua concepção, quais são os desafios de traduzir os saberes indígenas para a linguagem acadêmica?

Maria Libertad: No âmbito acadêmico, tem crescido a discussão sobre a ciência aberta ou a aprendizagem colaborativa. Nas comunidades indígenas, o modo de produzir conhecimento que é muito situado, sempre foi assim: comunitário, coletivo. Podemos observar isso, por exemplo, na produção da batata e do milho. Os filhos estão imersos naquele espaço, com seus pais, com as mulheres, com os homens, com os animais. Todos ali conformam um sistema no qual se está produzindo um determinado conhecimento.

Então, acredito que um dos desafios pode ser o tema das autorias. Até então, no âmbito acadêmico, é muito mais fácil quando o autor é uma pessoa, porque a academia atua na construção do conhecimento individualizado, por exemplo: há o autor do livro, o autor do trabalho. Mas, no caso das comunidades, é muito difícil pensar a questão da propriedade intelectual sob esses moldes individuais, porque o saber é comunitário, pertence a um conjunto de pessoas. Nessa perspectiva, o reconhecimento da produção coletiva e comunitária do conhecimento é um desafio para a academia. Estamos conseguindo discutir um pouco mais sobre o tema das autorias coletivas, sobre a propriedade intelectual dos povos indígenas, mas ainda há muitas questões pendentes nesse âmbito.

Como foi o seu processo transitar entre um sistema de conhecimento coletivo e uma estrutura de conhecimento individualizado predominante na acadêmica?

Maria Libertad: A universidade tem, pela sua própria natureza, uma linguagem muito distinta da linguagem da sociedade e da comunidade. Quando ingressei na academia, era tudo muito desconhecido para mim,

não somente a linguagem, a divisão das áreas profissionais e até mesmo a organização do espaço, fisicamente falando.

Desde o primeiro momento, eu estava imersa num processo de pesquisa, de compreender, de procurar informação, de procurar o conhecimento de como esse sistema funcionava. No início, o modo de aprender e de fazer pesquisa ainda era muito tradicional, com muita carga eurocêntrica, mas fui conhecendo outros enfoques a partir de alguns professores, como os estudos culturais latino-americanos, e então fui compreendendo a necessidade de ter outro olhar.

Creio que foi principalmente na interação com outras pessoas que compreendi mais profundamente o tema das metodologias. Cito alguns exemplos: quando concluí a universidade, trabalhei com mulheres migrantes internas Aimaras e Quéchuas. Eu era de uma geração muito jovem e já percebia, na interação com as mulheres mais velhas, com vários filhos, essa conexão com o nosso modo de ser.

Depois dessa experiência, tive a oportunidade de conhecer um professor reconhecido pela sua produção entre os povos Quéchuas. Esse professor, da área da sociolinguística, certa vez nos fez trabalhar de um jeito que repercutiu no meu modo de fazer pesquisa até hoje. Ele solicitou que realizássemos um trabalho com outro povo indígena e sempre reforçava a importância de compreender a língua do povo com o qual se está trabalhando, era algo essencial. Além disso, recomendou que o nosso trabalho fosse realizado em dupla: um estudante e uma pessoa da comunidade. Foi um conhecimento co-construído. Esse fato foi muito importante para a minha formação.

Além disso, no meu percurso, conformamos um coletivo de indígenas pesquisadores. Fazíamos entre nós reflexões, perguntas e discussões sobre nossas metodologias. Chegamos, inclusive, a escrever um artigo sobre o tema. Ainda é difícil falar em metodologias próprias indígenas, mas no artigo escrevemos sobre experiências coletivas de produção do conhecimento, revisamos informações, tratamos sobre o que estava sendo feito em outros espaços, refletimos sobre a importância de compre-

endermos o código próprio de cada povo etc. Muito tempo depois, uma colega pesquisadora Quéchua, que estava fazendo uma pesquisa com mulheres indígenas pesquisadoras, provocou uma reflexão em mim sobre o quanto o imaginário do saber e do conhecimento é corporificado no homem branco. Parecia que era muito difícil para a sociedade ver as mulheres indígenas como produtoras de saber e conhecimento. Tudo isso me fez entender que interagir com essas múltiplas pessoas, atuar de forma coletiva, é muito importante para gerar outros modos de compreender as metodologias e o processo de pesquisa.

A sua experiência reforça muito a importância de ocupar os espaços, porque ficou muito nítido o quanto o seu professor de sociolinguística teve um papel fundamental na sua formação. Isso nos faz pensar também sobre a importância de termos pessoas indígenas na universidade, produzindo conhecimento e servindo de referência. Precisamos reconhecer que essas pessoas estão produzindo saberes, não apenas “outros conhecimentos”, mas conhecimentos legítimos, que ampliam o modo como entendemos o mundo. Em relação à execução da sua pesquisa propriamente dita, como foi enfrentar as metodologias hegemônicas e tradicionais?

Maria Libertad: Eu estava trabalhando numa instituição com um programa para formação de pesquisadores indígenas e, naquele momento, eu tive que pensar como poderia fazer um currículo inclusivo. Era um curso de pós-graduação, ou seja, depois da graduação, um curso alternativo chamado de diplomado. Foi muito interessante, porque uma das primeiras coisas que eu pensei, era juntar pessoas indígenas e professores indígenas, alguns eram não indígenas que trabalharam também com estudantes indígenas. Foi um primeiro fato que eu pensei, porque se o programa estava destinado para estudantes indígenas, o mais correto seria que tivesse a presença de professores indígenas e também não indígenas. Com os professores indígenas pensamos coletivamente e foi

muito bom porque eles fizeram um trabalho que ia além do que precisava, eles entregaram muito de si, afortunadamente encontrei parceiros que compreenderam a situação e a importância.

Nesse aspecto foi muito importante contar com reuniões periódicas com esses profissionais indígenas e pensar os conteúdos das disciplinas para falar também de uma aproximação à pesquisa intercultural, porque eu não ia pensar que em segundo ou em um ano iríamos desfazer tudo o que é feito pela pesquisa tradicional. Nesse sentido, acho que isso foi muito importante. Depois, também os estudantes que estavam se formando nesse curso fizeram pesquisas coletivas, as pesquisas coletivas são difíceis, tem seus desafios porque tem vezes que parece mais fácil trabalhar individualmente, quando você trabalha coletivamente tem que fazer acordos, tem que combinar, tem que dialogar, isso é mais difícil porque implica outras pessoas. Esse foi um fato interessante para os jovens. Também eu acho que é produto da pesquisa e como trabalhar a pesquisa, porque muitas vezes fazer pesquisa é um fato traumático na vida dos estudantes, olhei um pouco como fazer gostar da pesquisa, como fazer gerar isso.

O intercâmbio de experiências também é muito importante como parte da formação de um pesquisador. Lembro que fizemos um intercâmbio para conhecer experiências de outros povos indígenas, de como estavam fazendo algumas coisas, e nesse intercâmbio, muitas vezes, a identidade do indígena pesquisador se afirma, porque ele vê que também tem sua cultura, seu próprio jeito de pensar, seu próprio jeito de fazer as coisas, diferente desse povo e de outros povos. Outro elemento que pensei foram os códigos culturais próprios, por exemplo, no âmbito acadêmico, eu sei que sempre escutamos falar do simpósio (em espanhol), o simpósio no mundo grego antigo era uma reunião onde as pessoas ficavam juntas falando, comendo e bebendo. Bebiam e falavam de coisas, da filosofia e demais. É curioso como depois chega para nós o simpósio no âmbito acadêmico, eu sempre me lembro que pensava muito nesses códigos próprios da cultura.

No nosso caso, quando trabalhamos com o tema das metodologias, uma das primeiras coisas é entender quais são esses códigos da comunidade, dos povos, e quais são esses protocolos também, porque não é assim que você vai chegar na comunidade, por mais que você pertença a essa comunidade e vai trabalhar com ela. Tem protocolos próprios do povo, da cultura, nesses protocolos próprios você tem que geralmente falar com autoridades e com a liderança da comunidade e depois de falar com a liderança, essa decisão muitas vezes não é dada pela liderança, tem que se levar a uma assembleia coletiva da comunidade e pôr em consideração deles. Por outro lado, os temas das entrevistas e como fazer esse tipo de coisas, tem códigos culturais em torno dos quais as pessoas falam.

Vou dar um exemplo, no caso do povo Quéchua, quando as pessoas estão prontas para ir a trabalhar ao campo e quando estão na *chakra*, que é o espaço onde se cultiva, as pessoas se reúnem e fazem um *acullico*.¹ Esse *acullico* é com a folha de coca que é muito importante na cultura nossa, nesse momento você vai olhar que as pessoas falam espontaneamente, vocês estão compartilhando o jeito também de compartilhar a folha de coca, porque você convida ao seu parceiro, compartilha a folha de coca, compartilham com você, e tem assim um código cultural próprio, esse onde se gera espontaneamente a fala.

Esse tema da entrevista de sentar com uma pessoa e de pôr o gravador, sentados numa banca, é muito difícil nesse contexto, e no âmbito acadêmico é quase normal, mas nas comunidades e nos povos é inclusive invasivo para as pessoas, é um pouco complexo. Outro exemplo, trabalhamos também com algumas comunidades do povo Guarani, e esse povo não tem o mesmo código que nós. A fala no caso deles, emerge quando eles estão compartilhando o mate, é muito costumeiro deles, agarram com a bombilha a circular esse mate, fazem um círculo muitas vezes na noite, ao redor do fogo, então nesse espaço emerge espontaneamente a fala.

Eu acho que os pesquisadores que trabalham com povos indígenas e também os indígenas nas pesquisas tem que ter essa sensibilidade de compreender esses espaços onde se fala, para fazer também esse aspecto das metodologias de trabalho com povos indígenas.

Você traz exemplos muito fortes sobre os espaços de fala e sobre como cada cultura possui seus próprios códigos e tempos para o diálogo. Gostaria que você falasse um pouco mais sobre isso: qual é, para você, a importância da oralidade como parte dos modos de conhecimento dos povos indígenas, e de valorizá-la como dimensão metodológica dentro da academia?

Maria Libertad: Tem um autor chamado Walter Ong que trabalha há muito tempo com a questão da escrita e da oralidade. Ele dizia que a escrita é um trabalho solipsista. Quando você senta na cadeira para escrever, geralmente está sozinha, fechada em um espaço, e aí começa a escrever. Já a oralidade precisa da interação imediata com o outro. É preciso de outra pessoa para escutar, para responder, para compartilhar. Então, a escrita é um trabalho solitário, individual. Não estou desmerecendo o trabalho da escrita, é importante, mas é curioso como ela se faz de forma tão isolada.

Na oralidade, principalmente nas comunidades indígenas, o compartilhar é essencial. Você precisa do outro, do coletivo, da comunidade. Muitas das informações e dos conhecimentos estão guardados, preservados, nessa oralidade. Na Bolívia, por exemplo, há um coletivo chamado *Taller de Historia Oral Andina* (TOA), formado principalmente por intelectuais indígenas. Eles desenvolveram um trabalho muito importante com a história oral. Por meio dela, puderam acessar muitos desses aspectos que se mantêm vivos na memória da comunidade. É através da memória que muitos conhecimentos sobrevivem. Foi um trabalho impressionante. Eles encontraram, por exemplo, informações sobre os caciques apoderados, que eram lideranças indígenas que reivin-

dicavam o direito à educação para os povos. Essa experiência foi muito importante, porque esse conhecimento não estava escrito, permanecia na memória das pessoas. O trabalho lançou luz sobre as concepções indígenas de educação e sobre essa reivindicação histórica dos povos indígenas por uma educação própria. É uma experiência muito potente, relacionada justamente à oralidade, que permanece viva na memória coletiva das pessoas. Eu vejo isso como um elemento substancial.

Atualmente, existem outros meios pelos quais a oralidade pode ser compartilhada, o material audiovisual é um exemplo. Embora as universidades não aceitam teses em formato audiovisual, é importante ir, aos poucos, mudando essas formas de fazer. Inclusive, a defesa de uma tese e de uma dissertação, tem que ser oral, então vemos que não se sustenta a escrita por si só, temos que fazer sempre esse movimento para a oralidade.

Na pesquisa acadêmica você chega e se encontra com esquemas armados de metodologia, de métodos correlatos, um leque amplo onde você tem que escolher qual vai se acomodar melhor ao que você está tentando pesquisar e colocar. Nesse sentido, como foi esse processo de chegar a escolher, modificar ou desistir de algum deles e ir com outra metodologia?

Maria Libertad: Tem uma oportunidade onde eu trabalhei com meninos indígenas, e esse também foi um trabalho muito interessante porque muitas vezes a pesquisa é com adultos, o sujeito que tem o conhecimento geralmente é a pessoa mais velha, as pessoas adultas, mas nem sempre é assim, as crianças desde o momento deles nascerem já estão imersos na língua, na cultura, nas formas de vida. Naquele momento, na verdade, eu também me senti muito desafiada porque, como você trabalha as metodologias, que geralmente são pensadas para adultos, com crianças? A criança gosta muito de jogar, de fazer brincadeiras, tive que adequar muitas coisas para trabalhar com crianças, eu não podia

fazer entrevistas com eles ou que eles se sentassem a conversar como fazem algumas pessoas. Não acontece assim no âmbito das crianças, é muito muito diferente, é um âmbito muito interessante para pensar. Por exemplo, no conta-contos, algumas dessas crianças estavam na escola então compreendiam um pouco dessa linguagem, procurei algumas histórias e contos indígenas. Temos no âmbito andino um conto sobre a criação do *charango*, que é um instrumento musical, tínhamos que criar uma história conforme o que eles queriam, à sua imaginação, foi muito interessante trabalhar com essa lógica, de ter que pensar porque eu não tinha encontrado facilmente outros trabalhos que fizeram isso.

Além daquilo, também trabalhamos coletivamente com o *storyboard*, que é uma ferramenta que se utiliza geralmente quando as pessoas fazem uma filmagem, são quadros que tem desenhos e depois as filmagens seguem essas imagens no desenvolvimento do trabalho, as crianças de fato gostaram muito. Tenho lembranças muito bonitas da imaginação deles, plasmaram nos desenhos aspectos culturais e animais aos quais estavam acostumados no seu contexto. Também tem o tema de brincar, tem jogos que são próprios deles, ir ao rio por exemplo, no âmbito do rio eles falam muito. Até compreender esse fato eu fiquei pensando muito em como trabalhar com eles, mas não desisti.

Que tipo de orientação você poderia dar para quem tem o interesse de trabalhar com epistemologias indígenas e, principalmente, incorporar uma visão mais decolonial nas pesquisas?

Maria Libertad: Eu acho que é muito importante falar aqui sobre o tema da coprodução e da co-criação, embora seja um pesquisador que não vai trabalhar com povos indígenas, sempre ter os povos indígenas como pares. Lembremos que a situação é ainda de assimetria de poder, então dar esse lugar a essa outra pessoa, esse outro sujeito é importante, nem todos os pesquisadores das universidades estão dispostos a fazer

isso, por esse motivo sempre se deve trabalhar a partir da coprodução com investigação.

Em alguns lugares se vê muitas pessoas indígenas que estão entrando na universidade pela primeira vez, então não tem um título, um diploma, mas temos também muitas pessoas indígenas que têm muito conhecimento importante e o diploma é uma limitação para acessar e falar com essa pessoa. Em alguns lugares, por exemplo, fizeram essa figura do co-docente, um docente que é da universidade, do âmbito acadêmico e tem o facilitador indígena, docente indígena, embora em alguns casos ele não possua o diploma, o título, fazem uma dupla e é muito importante. Poderia se trabalhar desse jeito, por exemplo, nas pesquisas com povos indígenas, sempre dando esse lugar.

Outra questão é o tema dos calendários: os povos indígenas se regem pelos calendários próprios. No nosso caso, o povo tem seu calendário *agrofestivo*, ao longo do ano temos datas muito especiais, tem o tempo da terra, que nós chamamos de *Pachamama*, e é um tempo muito importante, marcante. Depois tem também um tempo dos mortos, que é um tempo muito forte na nossa cosmovisão. Ou seja, esses calendários marcam momentos singulares e que o pesquisador tem que levar em consideração, porque implica que a comunidade vai dar importância para determinado aspecto. Esse calendário da comunidade muitas vezes não coincide com o calendário da universidade e acaba sendo um grande desafio, porque muitas vezes terminamos fazendo prevalecer o calendário acadêmico, uma vez que tem uma data da apresentação do trabalho, de trabalho de campo que estava pensado para uma data específica. Mas o povo, a comunidade tem outro tempo.

É importante reconhecer categorias emergentes que nascem das pessoas, no trabalho das pessoas, que são categorias próprias muitas vezes não pensadas pelos pesquisadores, mas que no diálogo emergem, e em alguns casos nas línguas indígenas com termos específicos, é importante reconhecer a propriedade intelectual do conhecimento dos povos indígenas. Também como já falei, compreender e respeitar os protocolos culturais próprios das comunidades, assim como os códigos.

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Acullico é uma prática tradicional andina que consiste em mascar um bolo de folhas de coca, mantendo-o entre a bochecha e a mandíbula.

Referências

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BUTLER, Judith (entrevista a George Yancy). *O clamor de Antígona*. Trad. André Checinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CHACAL. *letra elétrica*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000.
- DAHLEH, Simone Munir. *A trama tecida por mulheres palestinas: relatos biográficos dos usos táticos de tecnologias digitais*. Tese (Doutora em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2024.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- DESCOLA, Philipe. *Para além de natureza e cultura* Trad. Andrea Daher e Luiz César Sá. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Federal Fluminense – EdUFF, 2023.
- DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- EVARISTO, Conceição. *A escrevivência serve também para as pessoas pensarem*. Entrevista à Agência de Notícias do Instituto Itaú Social. Itaú Social, 09 nov. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/c> Acesso em: 05 mar. 2026.
- HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 5 mar. 2026.
- HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla, 2ª ed: São Paulo. Ed. Wmf Martins-Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. *Tudo Sobre Amor: Novas Perspectivas*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.
- IMARISHA, Walidah. *Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça*. Tradução de Jota Mombaça. Disponível em: IMARISHA, Walidah. Reescrevendo o

Futuro - Usando Ficção Científica Para Rever a Justiça, trad. Jota Mombaça Acesso em 05 mar 2026.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAMBERTI, Lua. *Artes transformistas: metodologias, linguagens e ficções grotescas em bases pedagógicas transepistemológicas*. Tese (Doutora em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. 2024.

LEAL, Abigail Campos. *Ex/orbitâncias: os caminhos da deserção de gênero*. São Paulo – SP: GLAC edições, 2021.

LIMA, Rafaela Pereira. *Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo : experiências coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra*. Tese (Doutora em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

ONG, Walter J. *Oralidade e Cultura Escrita*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus, 1998.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

PRECIADO, Paul B. *Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando*. Trad. Eliane Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org. ed. 34, 2005.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina;. Editora da UFRGS, 2011.

RIBEIRO, Cristiane. *Tornar-se negro, devir sujeito: uma investigação psicanalítica acerca das reverberações clínicas e políticas do racismo*. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPINOZA, Baruch. *Tratado da reforma do entendimento*. São Paulo: Escala, 2007.



Figura 1: Grupo NosOtras - comunicação, comunidade e comum
Fonte: Acervo pessoal (2026).

▮ SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Entrevistadas/os/es na ordem em que aparecem na publicação

Reginaldo Moreira é docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Jornalista com mestrado em Gerontologia (Unicamp/2005) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2011). Desenvolve pesquisas na área de gênero, sexualidades e teoria queer. Projetos de extensão na área de envelhecimento e cinema, voltado a pessoas idosas e LGBTQIAPN+. Participa da Universidade Aberta à Terceira Idade, coordena o Cine Diversidade no Sesc Londrina voltado ao público LGBTQIAPN+.

E-mail: regismoreira@uel.br

Simone Munir Dahleh é doutora em Comunicação (2024) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vencedora do Prêmio Compós de Teses e Dissertações Eduardo Peñuela Cañizal 2025. Professora subs-

tituta no Departamento de Ciências da Comunicação na UFSM 2024/1-2024/2. Bacharel em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pampa, participa do grupo de pesquisa Comunicação em rede, práticas midiáticas e narrativas migrantes e da Linha de pesquisa Comunicação midiática e migrações transnacionais do MIGRAIDH/CSVM - UFSM (Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional/ Cátedra Sergio Vieira de Mello). E-mail: simonemunird@gmail.com

Márcia Neme Buzalaf é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Formada em Jornalismo pela Unesp (1998) com mestrado em Relações Internacionais e Teoria Política pela Universidade Westminster (2001), Londres, é doutora em História pela Unesp - Assis. Atua principalmente nos seguintes temas: comunicação, história, censuras, jornalismo, feminismos, orientalismos, decolonialidades e potencialidades.

E-mail: marciabuzalaf@uel.br

Lua Lamberti é artista e pesquisadora. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Possui graduação em Artes Cênicas pela mesma IES (2016). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Teatro, atuando principalmente nos seguintes temas: palhaçaria, pedagogias teatrais, performance, estudos de gênero, transfeminismo, direitos humanos e transformismo.

E-mail: luax.l.de.a@gmail.com

Rafaela Pereira Lima é graduada em Jornalismo, com mestrado em Ciência da Informação (2004) e doutorado em Comunicação Social (2023) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua tese intitulada “Quando o luto é luta, mobilização é ato criativo: experiências

coletivas de jovens e mães em luta contra o genocídio da juventude negra” — analisa processos comunicacionais de mobilização antirracista e foi reconhecido com prêmios e menções no âmbito acadêmico. É integrante do grupo de Pesquisa “Instituições, Públicos e Experiências Coletivas” - IPÊ (UFMG), e vinculada à Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), premiada por organizações como UNESCO, UNICEF e ONU-Cidades.

E-mail: rafaela@aic.org.br.

Malu Jimenez é filósofa (UNESP/Universidade de Granada), mestre e doutora em Estudos de Cultura Contemporânea ECCO pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com pós-doutorado no programa de pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, no Instituto de Psicologia da UFRJ. É professora na Pós-Graduação Diversidade e Inclusão em Gestão e Comunicação na PUC/Minas e no Programa de pós-Graduação em Comunicação da UEL. É a idealizadora do projeto/ação Lute como uma gorda e fundadora do Grupo de Estudos Transdisciplinares do Corpo Gordo no Brasil – Pesquisa Gorda.

E-mail: malujjimenez@gmail.com

Libertad Pinto é do povo Quéchua, de Cochabamba, Bolívia. Graduada em Comunicação Social e mestre em Sociolinguística pela Universidad Mayor de San Simón (UMSS), é doutoranda em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Cofundadora do Centro Indígena de pesquisas ‘Taki Unquy’, membro da ‘Iniciativa para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior para a América Latina’ da Cátedra UNESCO. Suas principais áreas de trabalho são ensino superior e pesquisa intercultural, desenvolvimento de materiais para revitalização cultural e linguística, Educação Intercultural Bilíngue, entre outras.

E-mail: pintolibertad@gmail.com

Entrevistadoras/es na ordem em que aparecem na publicação:

Eligia Filgueiras é pesquisadora e designer digital do sertão cearense, com atuação voltada às relações entre design, tecnologia e política. Graduada em Design digital pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestranda em Design pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), investiga a colonialidade no ensino e prática de design, criando estratégias de resistência. E-mail: eligiafilgueiras@gmail.com

Vitória Floro é pesquisadora e jornalista recifense, com foco nos estudos que envolvem as narrativas de poder estruturadas pelos veículos da grande mídia brasileira. Formada em jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também atua como repórter de Cotidiano e Especiais para o jornal Folha de Pernambuco. E-mail: vitoriacfloro@gmail.com

Antônio Hélio da Cunha Filho é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), graduado em Jornalismo e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisa a dinâmica dos fenômenos digitais e as complexas relações midiáticas e comunicacionais, analisando como essas interações moldam e transformam as repercussões sociais e econômicas. E-mail: helio.cunha@ufpe.br

Laura Santos de Souza é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Jornalista e Radiologista (UFRN). Pesquisa discurso, migrações e suas implicações sociais a partir da comunicação institucional na Operação Acolhida. E-mail: laurasantosde@gmail.com

Natalia Maria Tavares Chagas é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista CNPq, graduada em Rádio, TV e Internet pela mesma universidade. Pesquisa a auto-narração e o relato biográfico como dispositivos de inscrição no mundo, a partir do exercício de oralidade das memórias e experiências de pessoas migrantes.

E-mail: natalia.chagas@ufpe.br

Júlia Santiago é formada em Cinema, Artista Visual em formação e Mestranda em Comunicação pela UFPE. Pesquisa sobre representação sáfica nos animes em sua atual pesquisa: “Yuri nas telas: uma análise histórica e comparativa da representação sáfica nos animes dos séculos XX e XXI”.

E-mail: juliasbezerra@gmail.com

Emanuelle Karla de Lima Silva é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM / UFPE). Graduada em Licenciatura Plena em Letras na Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE - UAST), com 10 anos de atuação no jornalismo local e interesse de pesquisa em jornalismo e audiência.

E-mail: emmanuelle.silva@ufpe.br

Lucas Daniel é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Atua como coordenador pedagógico do Cruza Criativa, produtora de desenvolvimento de roteiristas periféricos de Paulista (PE), e coordena grupos de desenvolvimento de roteiro no Centro Cultural Marieta (SP). Integra os grupos de pesquisa NosOutras (UFPE) e Grupo de Estudos sobre Mestiçagens (RJ). Coordena o grupo de estudos sobre ficção e imaginação política (GEFIC) e Grupo de estudos de gêneros narrativos (Centro Cultural Marieta).

E-mail: lucas.dsilva@ufpe.br

Renata Costa César de Albuquerque é doutoranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui graduação em Comunicação Social e mestrado em Comunicação pela mesma instituição. Desde 2009, atua no setor de comunicação e documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Seus temas de pesquisa envolvem discurso, linguagem e testemunho, com ênfase em violência, conflitos no campo, direitos humanos, silêncio e alteridade.

E-mail: renata.ccalbuquerque@ufpe.br

Gabriela Andrade é jornalista com experiência em assessoria de comunicação e imprensa, jornalismo factual, social media e redação com foco em SEO. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrou o grupo de pesquisa Jornalismo e Humor entre 2020 e 2022. Tem interesse em divulgação científica, especialmente na área da saúde, com atenção às interconexões com a cultura e a uma perspectiva anticolonial.

E-mail: gabriela.sandrade@ufpe.br

Dina Tatiana Quintero é realizadora e pesquisadora em audiovisual, mestra em comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Dos povos andinos da cordilheira oriental, Grupo Chibcha/Confederação Muisca, desenvolve a pesquisa “Cartografia Decolonial: onde estão os indígenas no audiovisual pernambucano?”. Atualmente é doutoranda no PPGCOM/UFPE, intercâmbio na Universidad Nacional Autónoma de México, na linha de pesquisa em “Etnocomunicação” e integrante do grupo de pesquisa “NosOtras” (UFPE).

E-mail: dina.quintero@gmail.com

Luana Simões é jornalista amapaense formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPE, tendo como foco de pesqui-

sa o Jornalismo Ambiental na Amazônia. Especialista em Comunicação Transmídia pelo Centro Universitário dos Guararapes (UNIFG). Já atuou em redações como Jornal do Commercio e Estado de S. Paulo.

E-mail: luana.simoese@ufpe.br



Mônica Kaseker é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e da Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É membra da Comissão Universidade para os Indígenas e professora do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UEL. Jornalista, com Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio doutoral na Universidade Aberta Metropolitana (UAM), Xoxhimilco, na Cidade do México. Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: mkaseker@uel.br

Sofia Cavalcanti Zanforlin é professora do Programa de Pós-Graduação e da Graduação do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordena o grupo de pesquisa e extensão Migra-Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de populações e do grupo de estudos NosOtras-grupo de estudos de comunicação e comunidades. Tem graduação na UFPE, mestrado na Universidade de Brasília (UNB) e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Escola de Comunicação, pós-doutorado na ESPM-SP. Membro do International Association of Media and Communication Research, na coordenação do Diaspora and Media Working Group.

E-mail: sofia.zanforlin@ufpe.br